

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 26.10.2021

Planear bem para acelerar a recuperação económica

Os sectores do jogo e do turismo, pilares da economia, foram gravemente atingidos com a eclosão da epidemia. Em meados deste ano, registou-se um bom ritmo de recuperação do número de visitantes, mas, de repente, surgiu um novo surto, e com as medidas restritivas aplicadas nos postos fronteiriços de Zhuhai e Macau, o número de passageiros reduziu drasticamente. Entre 1 e 7 de Outubro, entraram em Macau apenas 8159 visitantes, ou seja, 1166 pessoas por dia, uma redução de 94 por cento em relação à semana dourada do ano passado, e de 99 por cento em relação ao ano de 2019, e o número de visitantes por dia também diminuiu 93 por cento em comparação com o ano passado. A semana dourada caiu em saco roto.

A partir das 12 horas do dia 19 de Outubro, as pessoas que entram em Macau através dos postos fronteiriços de Zhuhai e Macau precisam de ter resultado negativo do teste de ácido nucleico de 48 horas; com a reabertura de alguns estabelecimentos de diversões, a retoma dos “Passeios, gastronomia e estadia para residentes de Macau”, a reabertura das instalações culturais e o reinício das aulas, a ordem social está a regressar, gradualmente, à normalidade, com vantagens para a promoção da economia. Mas, as previsões do Governo em relação à receita anual do jogo, isto é, 130 mil milhões, já não podem ser atingidas e carecem de ajustamento. Face à epidemia, a vida da população está difícil e a sociedade espera que se mantenham inalterados os actuais benefícios e a qualidade de vida, para aliviar os seus encargos económicos. Segundo o Secretário para a Economia e Finanças, nos últimos dois anos, o Governo já utilizou 86,4 mil milhões da reserva extraordinária, e se a recuperação económica continuar a ser frustrada, e a isto se juntar os custos elevados do combate à epidemia, a pressão das finanças públicas e o défice orçamental serão cada vez maiores.

Além de aproveitar os dois meses que restam deste ano para atrair mais turistas e continuar a promover o desenvolvimento económico, o Governo deve ainda impulsionar, de forma acelerada, a diversificação adequada da economia, reforçando a capacidade de Macau quer na adaptação às mudanças do ambiente do exterior quer na resistência aos riscos.

Com o lançamento das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, do Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin e do 14.º Plano Quinquenal do País, entre outras políticas, definiu-se um bom plano para o futuro desenvolvimento de Macau, e criando-se um ambiente e condições melhores para o desenvolvimento das diversas áreas, como a economia, a educação, a protecção dos idosos, os transportes, a cooperação regional e o acesso ao emprego. Os residentes têm muitas expectativas em relação a tudo isto, nomeadamente sobre a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin que proporciona uma nova

plataforma para a diversificação adequada da economia, pois a mesma visa desenvolver a investigação científica e tecnológica e a fabricação de ponta, bem como indústrias de marca de Macau (tal como a MTC), cultural, turística, convenções e exposições, comercial e financeira moderna.

O Governo está a proceder a uma consulta pública sobre o segundo plano quinquenal, e apresenta, em Novembro, o Relatório das LAG para o ano de 2022, por isso, espero que faça bem este relatório e o orçamento para o próximo ano, bem como o segundo plano quinquenal, para aplicar os recursos financeiros públicos de forma adequada, e que continue a implementar diversas medidas para revitalizar a economia e o turismo, a fim de aumentar a procura interna e estimular a procura externa; e mais, o Governo deve fazer um bom planeamento para consolidar as bases existentes em Macau e definir soluções continuadas e rumos de desenvolvimento claros para os diversos problemas sociais, habitacionais, económicos e culturais, por forma a resolver os actuais problemas. Deve ainda aumentar a competitividade global de Macau e preparar-se adequadamente para os futuros desafios da cooperação regional, a fim de melhor agarrar as oportunidades de desenvolvimento da Grande Baía e da Zona de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin, concretizando verdadeiramente o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Finalmente, espero que o Governo reforce, quanto antes, a cooperação com a província de Guangdong, inove audaciosamente, e promova, de forma profunda, a conexão das infra-estruturas, do sistema e das regras na zona de cooperação, para romper barreiras e criar boas condições para os residentes de Macau se desenvolverem e viverem em Hengqin.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 26.10.2021

Aproveitamento eficaz da taxa de contratação de trabalhadores não residentes para promover a formação de talentos locais

Com a entrada em vigor da “Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes” em 26 de Abril de 2010, os empregadores são obrigados a pagar uma taxa de contratação por cada trabalhador não residente efectivamente contratado, a qual se destina a fins de segurança social. Os empregadores que contratam trabalhadores domésticos não residentes não necessitam de pagar essa taxa, e os empregadores da indústria transformadora beneficiam de uma redução de 50% na taxa de contratação. Para os empregadores em geral, a taxa que é paga ao Fundo de Segurança Social na contratação de cada trabalhador não residente é de 200 patacas por mês. Depois, com a entrada em vigor da Lei do “Regime de garantia de créditos laborais”, em 2015, o Fundo de Segurança Social transfere, por meio de dotação semestral, 5% da taxa de contratação acima referida para o Fundo de Garantia de Créditos Laborais, a fim de garantir que os trabalhadores, bem como os familiares de vítimas de acidentes de trabalho ou doenças profissionais não percam a garantia devido à impossibilidade de cumprimento dos créditos laborais por parte dos devedores.

Se nos basearmos simplesmente numa estimativa anual de 150 mil trabalhadores não residentes, podemos concluir que ao longo destes 10 anos, acumularam-se cerca de 4 mil milhões de patacas. Espero que o Governo aproveite melhor e de forma correcta todo esse montante da taxa de contratação, para que, além de garantir o emprego e a aposentação, desempenhe um papel activo na promoção do desenvolvimento das quatro indústrias necessárias à diversificação adequada da sua economia de Macau, preparando-se para o futuro. Assim, apresento as seguintes quatro sugestões:

1. Sugere-se ao Governo que estude a possibilidade de afectar parte das receitas provenientes da taxa de contratação de TNR na formação de talentos locais, para que a eficácia da referida taxa não só se reflecta na segurança social e na protecção contra o desemprego, mas também no incentivo à valorização de funções, para reforçar a capacidade dos trabalhadores locais, aumentar a vitalidade e competitividade das empresas locais, e promover a inovação e a reconversão industrial de Macau.

2. Sugere-se às autoridades que criem mais cursos relacionados com as indústrias e o artesanato que o Governo deseja promover, para além dos cursos de formação regulares existentes - o “Plano de formação inicial”, o “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” e o “Plano de formação de cozinheiros para os sectores de hotelaria e de restauração”, isto é, criar acções de formação em técnicas profissionais necessárias para responder à tendência industrial futura, por exemplo, em pré-fabricação, modelagem/modelação da informação da construção (BIM), tecnologia financeira, engenharia de *software*, etc., para os trabalhadores e as empresas locais poderem acompanhar a evolução dos tempos.

3. Sugere-se ao Governo que estude, quando os empresários contratam um trabalhador

não residente especializado para trabalhar em Macau em áreas específicas, a possibilidade de incentivá-lo a ensinar os trabalhadores locais, ou de adoptar a forma de organização periódica de cursos de DPC (Desenvolvimento Profissional Contínuo), a fim de se atingir os objectivos de intercâmbio profissional e formação de talentos locais.

4. Sugere-se uma maior abrangência dos cursos de formação em Macau. Tanto os residentes como os TNR prestam serviços às empresas de Macau, aplicando eficazmente esta taxa de contratação para elevar a competitividade das empresas, para que as pessoas que constroem Macau possam prestar serviços avançados e de qualidade, para os consumidores poderem obter serviços mais adequados e cordiais, ganhando assim clientes habituais quando estes se sintam “bem-vindos” e uma boa reputação.

Espero que estas sugestões possam contribuir para uma melhor utilização dos recursos existentes através da aprendizagem em vez de subsídios, não só para os actuais postos de trabalho, mas também para os futuros serviços industriais promovidos pelo Governo; não só na situação actual de epidemia, mas também no período de recuperação pós-epidemia; e, para além de reforçar a capacidade dos trabalhadores, ainda prestar serviços às micro, pequenas e médias empresas que pretendem iniciar os seus negócios e continuar o seu desenvolvimento.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 26.10.2021

Opiniões sobre as questões socioeconómicas decorrentes da epidemia

A 7.^a legislatura da Assembleia Legislativa teve início a 16 de Outubro e quero aproveitar esta oportunidade da primeira intervenção antes da ordem do dia para agradecer o apoio e a solidariedade demonstrados pelos amigos que me deram, a mim e à minha equipa, a oportunidade de continuar a servir a população na Assembleia Legislativa. Vou valorizar este apoio e comprometo-me a dar o meu melhor, a cumprir as minhas funções e responsabilidades, a promover a produção legislativa, a fiscalizar o Governo e a servir a sociedade, lutando pela melhoria de vida da população, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social de Macau.

A intervenção de hoje tem a ver com as questões socioeconómicas e com os trabalhos de prevenção durante a epidemia. Sob o impacto contínuo da epidemia, muitos lojistas encontram-se em dificuldades, muitos trabalhadores estão desempregados e os rendimentos das famílias diminuíram. Com a actual situação da pandemia a nível mundial, crê-se que a COVID-19 dificilmente irá desaparecer num curto prazo. Sendo Macau uma cidade muito dependente do exterior, o Governo da RAEM deve definir estratégias de longo prazo, com vista a evitar o agravamento da recessão económica, pois isso vai provocar mais dificuldades para a sociedade e o bem-estar da população. Assim, apresento 4 sugestões:

1. Melhorar os dados sobre o impacto da epidemia na economia, na sociedade e na vida da população.

O Governo da RAEM afirmou várias vezes que, devido à falta de dados, era difícil implementar algumas medidas de apoio específicas aquando da definição das suas políticas. Isto demonstra que existem insuficiências nos dados estatísticos e nos estudos e análises científicas sobre o impacto da epidemia. Como a epidemia afecta as diversas indústrias, o seu grau de influência varia de sector para sector e de grupo para grupo de pessoas, por isso, é difícil lançar, com precisão, políticas e medidas específicas. Assim, para garantir que as medidas sejam implementadas de forma eficaz e que os recursos sejam bem utilizados, para que os sectores afectados consigam obter apoio eficaz, o Governo deve conhecer o impacto causado pela epidemia nos diferentes sectores, assim como analisar e estudar cientificamente as situações, para depois se definir as respectivas políticas.

2. Melhorar o *software* e o *hardware* para a prevenção e combate à epidemia.

No 2.^o semestre deste ano registaram-se vários casos locais e casos relacionados que provocaram uma enorme crise económica e de saúde pública. O Governo adoptou rapidamente várias medidas para controlar a epidemia, protegendo ao máximo a segurança e a saúde dos residentes, o que merece o nosso reconhecimento, no entanto, no decurso do desenvolvimento dos respectivos trabalhos, surgiram muitas confusões que causaram

grandes inconveniências às lojas, aos residentes, aos trabalhadores, aos estudantes e aos turistas, e registaram-se até situações caóticas. Isto demonstra a insuficiência de *hardware* e *software*, bem como a inexistência de planos de contingência, razões pelas quais as autoridades têm de aperfeiçoar, o mais rápido possível, as respectivas medidas, preparando-se para enfrentar a situação de epidemia de forma prolongada, pois tudo isto são factores importantes para a prevenção.

3. Estabelecer um novo modelo de funcionamento socioeconómico dentro do contexto da epidemia.

Com a política de “zero casos”, a saúde e a segurança da população estão salvaguardadas. Mas, ao mesmo tempo, como não sabemos quando é que a epidemia vai acabar, e de vez em quando surgem, a qualquer momento, alterações, o funcionamento da economia e da sociedade sofre um impacto, como por exemplo, a suspensão das actividades de alguns sectores e das aulas, afectando imenso as pessoas que precisam de passar as fronteiras, os lojistas, os trabalhadores, os alunos e os encarregados de educação. Assim, enquanto a epidemia se mantiver, o Governo deve criar um novo modelo de funcionamento socioeconómico sob certas condições de segurança, reduzindo os impactos na economia, na sociedade e na vida da população. E quando for preciso suspender o funcionamento, há que disponibilizar medidas de apoio adequadas para reduzir os prejuízos para os lojistas e trabalhadores.

4. Flexibilizar os requisitos para a atribuição de subsídios e reforçar as medidas de incentivo ao emprego

A implementação das recentes medidas de apoio às PME e aos trabalhadores têm toda a sua necessidade, mas o respectivo âmbito de cobertura é relativamente restrito e não consegue abranger os trabalhadores que foram obrigados a gozar licenças sem vencimento, aqueles que sofreram reduções salariais ou que ficaram desempregados durante este ano, e ainda aqueles que, no ano passado, auferiram rendimentos superiores a 144 mil patacas. Apelo ao Governo para otimizar as políticas e aumentar a cobertura dos apoios. Além disso, a promoção do emprego e a optimização do desenvolvimento profissional são as melhores formas para apoiar os trabalhadores afectados, pelo que, o Governo deve rever as políticas de emprego e de formação de pessoal, aperfeiçoando e criando novos mecanismos para apoiar o desenvolvimento dos trabalhadores locais e encarar melhor a nova normalidade do emprego e da economia.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 26.10.2021

Estudar a criação de um fundo de protecção contra os riscos de epidemias e catástrofes

Os incidentes catastróficos que Macau sofreu, como a passagem dos tufões Hato e Mangkhut em 2017 e 2018, e a epidemia de Covid-19 em 2020, causaram grave impacto para a economia local que está dependente do sector do turismo, e as PME enfrentaram grandes prejuízos. No início de Fevereiro do ano passado, altura em que eclodiu o surto da epidemia de Covid-19, o Presidente da Associação Comercial de Macau, Ma Iao Lai, sugeriu ao Governo que estabelecesse um mecanismo eficiente de longo prazo contra riscos, no sentido de criar um fundo de protecção contra riscos que seja de interesse público e corresponda aos princípios de negócio, para que as PME obtivessem de forma directa e acelerada o devido apoio e ajuda, se a economia fosse afectada por epidemias ou catástrofes naturais. Aumentar a capacidade das PME para enfrentar as grandes catástrofes e manter o seu funcionamento contínuo têm um significado relevante para assegurar a estabilidade social e a vida da população. Na minha intervenção antes da ordem do dia, de 19 de Novembro do ano passado, voltei a exortar o Governo a ponderar sobre isto.

Devido ao recente surto de Covid-19, as PME locais enfrentam ainda mais dificuldades de exploração, atingindo mesmo momentos cruciais para a sua sobrevivência. Nós, os 4 deputados dos sectores industrial, comercial e financeiro, propusemos ao Governo medidas para aliviar as dificuldades das PME sob a epidemia, e esperámos que o mesmo desenvolvesse o papel de liderança e desse forte apoio ao nível político e de capital às que estavam determinadas a continuar o seu funcionamento, para ultrapassar, em conjunto, este tempo difícil. O Governo atribuiu grande importância às referidas propostas e acolheu algumas delas. Sugerimos ainda a atribuição, de uma só vez, de um apoio financeiro com limite máximo, por forma a apoiar de forma específica os lojistas das zonas de código vermelho e amarelo, e, a longo prazo, que o Governo estudasse, quanto antes, a criação de um fundo de seguro contra a epidemia com o sector, com vista a proporcionar mais garantias para os lojistas afectados pelas medidas de prevenção da epidemia. Este fundo corresponde à ideia de criação do fundo de protecção contra riscos proposta pela Associação Comercial de Macau, e deve funcionar sob um modelo que permita a liderança do Governo, o funcionamento do mercado e a participação das empresas.

Isto mereceu uma resposta do Governo. No 2.º semestre de 2019, o Governo autorizou as seguradoras a disponibilizar um seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as PME. Este seguro recorre à apólice uniformizada para dar cobertura aos prejuízos patrimoniais comerciais causados por incidentes climáticos graves (como sinal n.º 8 de tempestade tropical ou *storm surge* do nível igual ou superior a 4); os bens seguros incluem habitações, artigos de decoração, mobílias, equipamentos electrónicos, electrodomésticos, equipamentos e máquinas necessários ao funcionamento da empresa, e mercadorias; os destinatários são empresas que, para efeitos fiscais, estão inscritas nas Finanças, com número de trabalhadores empregados em Macau não superior a 100 e com situação de exploração normal; o capital seguro pode ser de 100 mil, 200 mil e 300 mil

patacas por ano, à escolha do tomador do seguro; independentemente da localização geográfica dos bens seguros, o prémio é de 25% do capital seguro, ou seja, 25 mil, 50 mil e 75 mil patacas, e o Governo faculta um subsídio que equivale a 50% do prémio e não ultrapassa 30 mil patacas. Que se saiba, ao longo dos últimos 3 anos, só uma seguradora conseguiu vender este seguro, portanto, registaram-se 17 transações em 2019, 20 em 2020, e, este ano, 10 até ao momento (8 têm a ver com a renovação de seguro, e 2 são novas), e o valor dos prémios foi, respectivamente, de 675 mil, 735 mil e 267,5 mil patacas. Assim, o efeito deste tipo de seguro não é notório e são diversos os motivos para isto.

O impacto de epidemias pode ser diferente, mas a natureza é semelhante, portanto, sugere-se ao Governo que faça um balanço com o sector comercial e financeiro sobre a experiência e as insuficiências verificadas desde a criação do seguro contra grandes desastres, e que, tomando como referência as práticas das regiões vizinhas relativas a seguros semelhantes, conceba um modelo de funcionamento para o fundo de protecção contra riscos, que corresponda à realidade local e permita a liderança do Governo, o funcionamento do mercado e a participação das empresas.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 26.10.2021

Reforçar a vacinação, recuperar a economia e garantir o emprego

A epidemia está estável em Macau e há vários dias que não se registam novos casos. Na semana passada, as medidas de migração foram levantadas; ontem os estudantes retomaram as aulas; as instalações sociais e os casinos, na sua maioria, reabriram; e o número de turistas também tem vindo a aumentar. A retoma da normalidade deixou o público aliviado.

Contudo, a epidemia persiste no mundo e a situação está instável nas regiões vizinhas, portanto, é difícil ser optimista. Antes de se alcançarem os resultados da diversificação adequada da economia, é de notar que a recuperação do turismo tem um papel decisivo na dinamização da economia e na estabilização do emprego dos trabalhadores, todavia, a epidemia tem demonstrado várias vezes que o turismo pode, a qualquer momento, parar, só por causa de um único caso. Se não for possível aumentar a resiliência contra a epidemia, será difícil recuperar a economia. Assim, é necessário aumentar a taxa de vacinação em Macau, diminuindo-se os riscos de infecção da população e aumentando a confiança dos visitantes. O Governo pode ainda ter mais condições para negociar com o Interior da China sobre a retoma das excursões turísticas e da emissão de vistos electrónicos, bem como lançar medidas que facilitem as deslocações dos residentes entre o Interior da China e Macau, concretizando-se, assim, o fluxo normal de pessoas.

A taxa de vacinação em Macau está a subir, mas ainda está longe de ser ideal. A epidemia está estável em Macau, por isso, alguns residentes entendem que a vacinação não é premente. O Governo deve tomar como referência as medidas tomadas por outros países para encorajar a vacinação, de modo a aumentar a taxa de vacinação e promover a rápida recuperação da economia, a fim de assegurar o emprego. Por exemplo, os funcionários públicos de Hong Kong têm direito a "licença de vacinação" depois de tomarem a vacina, e o Governo encorajou, abertamente, o sector privado e as empresas a proporcionar férias e medidas amigáveis para facilitar a vacinação. Proponho ao Governo que lance mais medidas amigáveis e de incentivo, para que as empresas sigam o exemplo, por forma a impulsionar o aumento da taxa de vacinação.

Em Macau, a taxa de vacinação entre os idosos e os jovens com menos de 18 anos é baixa, por isso, as autoridades devem adoptar medidas mais convenientes a favor destes dois grupos, tais como acelerar a vacinação de proximidade em escolas e lares de idosos, etc., e considerar a criação de vias prioritárias para os idosos e crianças em vários postos, para facilitar a vacinação.

Em resposta à proliferação do vírus já alterado e ao declínio da eficácia da vacina, o Interior da China já acelerou a aplicação da terceira dose da vacina, e, pelo menos, 18 províncias já iniciaram a vacinação, e muitos países e regiões também já começaram com a aplicação da dose "*booster*" da vacina. Muitos residentes de Macau receberam duas

(Tradução)

doses da vacina há já mais de meio ano, e a protecção já enfraqueceu. Assim, proponho às autoridades que avancem, quanto antes, com a aplicação da terceira dose da vacina, para que os residentes possam optar por uma dose “*booster*” e, assim, minimizar os riscos de infecção.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 26.10.2021

Reforçar a educação eleitoral e elevar a cultura eleitoral

As eleições para a VII Legislatura terminaram com sucesso, mas a taxa de votação foi de 42,38 por cento, o recorde do valor mais baixo após o retorno de Macau à Pátria. A CAEAL afirmou que a taxa de votação foi influenciada por vários factores, tais como, medidas de prevenção e controlo da epidemia, clima quente, instabilidade do tempo, etc., o que influenciou a vontade de votar dos eleitores. Mas, para além disso, a consciencialização dos eleitores influencia, em certa medida, a taxa de votação.

A “Lei Básica da RAEM” garante que os residentes permanentes têm o direito de eleger e de ser eleitos. O votar é uma demonstração concreta do exercício do direito de voto dos residentes e da sua participação nos assuntos eleitorais. Mas, durante muito tempo, uma parte da população foi politicamente fria e pouco participativa, indiferente aos assuntos eleitorais, e nem sequer efectuou a inscrição no recenseamento eleitoral. Tendo em conta que nos dados estatísticos das eleições para esta legislatura não há informações sobre o número de votantes por faixas etárias, torna-se difícil analisar a taxa de votação dos jovens. Porém, nas últimas décadas, em muitos países, a percentagem dos jovens que votaram nas eleições diminuiu, uma tendência que pode provavelmente afectar a qualidade das futuras eleições democráticas, porque a participação política nos últimos anos da vida de um cidadão depende da aprendizagem e da formação de hábitos durante a adolescência.

Na verdade, alguns jovens não têm interesse por assuntos eleitorais, ignorando os direitos e os deveres cívicos, devido à realização de poucas acções de formação sobre essa matéria no passado. Por isso, no futuro, o Governo terá de reforçar a educação cívica e eleitoral nos jovens, encorajando-os a discutir nas aulas matérias de carácter moral, social, cívico e eleitoral, e a expressarem os seus pontos de vista. Assim, a consciência cívica e política dos jovens irá aumentar, tal como o seu interesse e conhecimento sobre essas matérias. Essa medida permite um contacto antecipado dos jovens com os conceitos básicos sobre eleições, e a aprendizagem sobre o que é ser um eleitor, aumentando assim a probabilidade de eles participarem nas eleições futuras. Além disso, o exemplo dos pais também é importante para os filhos, e os filhos vão imitar os pais se estes participarem activamente nas eleições. No dia das eleições para a Assembleia Legislativa, foi com alegria que se viu um encarregado de educação deslocar-se com a sua filha de 9 anos de idade para assistirem a uma assembleia de voto, no exterior, esclarecendo-lhe o significado da eleição e ensinando pessoalmente, numa aula *in loco*, a educação cívica à nova geração.

As pessoas dizem que o carácter chinês que significa “pessoa” tem uma estrutura que parece transmitir a ideia de “solidariedade” e, para assuntos relacionados com todos nós como “pessoas”, é necessária a participação solidária de todos. As pessoas podem possuir muito talento e conhecimento, mas, se faltar o interesse, será tudo apenas discurso e nada de concreto. Acredito que, com o esforço das partes interessadas da área educativa, a consciência cívica dos jovens e o seu interesse pela política irão aumentar. Assim, através de uma maior promoção da cultura e do ambiente eleitoral, consegue-se eleger pessoas com capacidade, em prol da sociedade.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 26.10.2021

A digitalização das obras de construção é uma oportunidade para o desenvolvimento diversificado

Esta é a primeira reunião plenária da VII Legislatura da Assembleia Legislativa. Em primeiro lugar, gostaria de desejar ao Sr. Presidente e a todos os colegas muita saúde e sucesso no trabalho.

Sob a influência da epidemia, a economia de Macau sofreu um grave impacto nunca verificado, pelo que o Governo lançou, atempadamente, oito medidas de apoio às pequenas e médias empresas e aos residentes para aliviar as dificuldades. Macau precisa de acelerar a diversificação industrial para resolver os problemas da falta de diversificação e do grande peso de determinadas indústrias na estrutura económica. A zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau na Ilha de Hengqin pode constituir uma nova plataforma para o desenvolvimento de Macau, sendo uma oportunidade importante para o impulsionamento da diversificação industrial e o ajustamento da estrutura económica. Assim, é necessário reforçar o apoio através das políticas, do desenvolvimento de novas tecnologias e indústrias, e de modelos de negócio, tudo para injectar novas energias para o desenvolvimento de Macau a longo prazo.

Numa sessão de estudo no dia 18 de Outubro, o Presidente Xi Jinping referiu que é necessário promover a conjugação da economia digital com a economia real, aproveitar o rumo da digitalização, do desenvolvimento do *networking* e da inteligência, impulsionar a digitalização das indústrias, aproveitar as novas tecnologias da internet para otimizar em geral as indústrias tradicionais, proceder à reforma de toda a cadeia, melhorar todos os factores de produção, e usar tecnologias digitais para ampliar e decuplicar os resultados do desenvolvimento económico.

No dia 21 de Outubro, eu, em representação do sector de engenharia de Macau, participei, através de videoconferência, na “Cimeira da Construção Digital da China 2021 e 3.º Fórum de Inovação e Gestão de Empreendimentos de Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” cujo tema foi “Nova Marcha para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau no 14.º quinquénio”. Essa Cimeira foi uma ocasião para concentrar várias sabedorias e abordar novas tendências, tecnologias e oportunidades no âmbito de estratégias de digitalização, bem como a concretização da digitalização de vários elementos inteligentes no processo de construção civil *on-line*, criando desse modo uma nova conjuntura de conversão industrial.

Durante a epidemia, a economia de Macau saiu gravemente prejudicada. Como impulsionar a diversificação do sector da construção civil passou a ser uma das tarefas prioritárias a efectuar no futuro de Macau! O uso das tecnologias e aplicações inovadoras, especialmente a internet, os megadados, a computação em nuvem, a inteligência artificial, o “protocolo da confiança”, entre outras, integra-se cada vez mais em vários domínios do desenvolvimento económico e social. Quanto aos produtos e à eficiência dos trabalhos, é possível promover a utilização prioritária da plataforma de gestão de informações sobre a

construção e recorrer à digitalização, para elevar a eficiência da elaboração do projecto, entrega da obra, aquisição de materiais, e execução e gestão do projecto, tudo isto contribuindo para promover a diversificação do sector da construção civil.

Face ao exposto, apresento duas sugestões:

Para promover o desenvolvimento das indústrias digitais, deve-se, em primeiro lugar, promover a valorização e a reconversão das indústrias locais, com base nas quatro grandes indústrias da “zona de desenvolvimento aprofundado”, promover a digitalização das indústrias da construção civil, organizar cursos de formação em articulação com o Governo, reforçar o uso da modelação da Informação da Construção, do método de construção modular, da “produtividade na construção” (uso do “Projecto de manufactura e Montagem”), tudo para promover o desenvolvimento do uso de tecnologias digitalizadas, automáticas e inteligentes, permitindo aos jovens adquirir competências relacionadas com a indústria, ou mesmo ganhar oportunidades para passar a trabalhar nas indústrias tecnológicas, acompanhando o ritmo do desenvolvimento.

Deve-se proceder à inserção do desenvolvimento da digitalização das obras de construção no segundo plano quinquenal de Macau, promover plenamente o desenvolvimento saudável da economia digital e a integração profunda entre a tecnologia digital e a economia real, agir para as indústrias tradicionais poderem obter oportunidades de reconversão e valorização, nascendo daí novas indústrias, e um novo ambiente e modelo industrial, e aplicar constantemente esforços para um bom e maior desenvolvimento da economia digital.

A digitalização alcançou um importante consenso global. Muitos países já publicaram as suas estratégias nacionais sobre esta, e alguns já a iniciaram e outros aceleraram o seu processo de digitalização. Na nova conjuntura, há que, em articulação com o desenvolvimento de Macau a longo prazo, definir bem as estratégias da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. Isso é favorável ao desenvolvimento próspero, à estabilidade de Macau a longo prazo e à sua integração no desenvolvimento nacional.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 26.10.2021

O Governo deve aperfeiçoar as medidas de apoio para apoiar mais trabalhadores necessitados

Como a epidemia voltou a crescer, a recuperação económica torna-se difícil e a exploração das empresas e a situação de emprego dos trabalhadores também não são boas. Assim, para além do combate à epidemia, o Governo deve implementar medidas de apoio económico para aliviar as dificuldades da população e assegurar o emprego. Recentemente, o Governo lançou oito medidas para atenuar a pressão económica de algumas PME e trabalhadores com rendimentos baixos. Após o anúncio das medidas, muitos residentes desempregados ou em subemprego e muitas PME afectadas pela epidemia dizem que não são beneficiados, por isso, sentem-se bastante desamparados. De facto, as referidas medidas são manifestamente insuficientes e precisam de ser melhoradas. Sugiro então o seguinte:

1. Estudar a concessão de apoio directo às empresas ou trabalhadores obrigados a suspender o funcionamento ou trabalho devido à epidemia

As referidas oito medidas abrangem o apoio às empresas na obtenção de financiamentos, a isenção do pagamento de rendas dos imóveis do Governo, e facilidades fiscais, entre outras, que conseguem aliviar a pressão de algumas empresas. No entanto, se estas continuarem a sobreviver dependendo de empréstimos, vão correr o risco de falência devido à acumulação de empréstimos e ao ressurgimento de surtos epidémicos, e esta é a sua maior preocupação. Desde o início da epidemia, muitos estabelecimentos foram obrigados a encerrar, como os de diversões e os centros de explicações, e algumas actividades foram obrigadas a parar, por exemplo, ligadas às artes e cultura, e até a inspecção de veículos e o ensino de condução, por isso, os impactos foram enormes e os trabalhadores destes sectores foram obrigados a tirar licenças sem vencimento. Assim, as autoridades devem, tendo em conta a suspensão do funcionamento e do trabalho, criar mecanismos, para apoiar directamente os sectores afectados pela epidemia e os seus trabalhadores.

2. Alargar o âmbito da cobertura, para que mais residentes desempregados, com salário cortado ou em subemprego, consigam obter apoio

O Governo propôs atribuir um subsídio aos residentes contribuintes do imposto profissional com rendimentos de trabalho obtidos em 2020 não superiores a 144 mil patacas. Muitos trabalhadores que, devido à epidemia, estão em *layoff* ou viram o seu salário reduzido significativamente também deveriam ser destinatários principais desse apoio, mas não o conseguiram, uma vez que o seu rendimento ultrapassou ligeiramente o valor definido, e o Governo não teve em conta que os mesmos foram afectados pela situação epidémica deste ano. Alguns trabalhadores que tiveram emprego no ano passado, mas foram despedidos neste ano, estão completamente excluídos da rede de apoio. Estes critérios e forma de apoio são mesmos correctos e rigorosos? O Governo deve aperfeiçoar as políticas e os procedimentos de requerimento, por exemplo, alterar os critérios de apoio,

e tomar como referência a declaração de cessação de emprego apresentada às Finanças ou o registo de requerimentos de subsídio de desemprego do Fundo de Segurança Social, por forma a alargar a cobertura das medidas, permitindo que mais trabalhadores e profissionais liberais com necessidades e a sua família recebam apoio.

3. Ponderar o recarregamento do cartão de consumo com 8 mil patacas

Em articulação com as exigências da passagem transfronteiriça do Interior da China, Macau continua a adoptar medidas de prevenção da epidemia muito rigorosas, que têm um grande impacto na economia e na vida da população, portanto, o apoio económico pode, de facto, aliviar as dificuldades prementes dos residentes. Assim, volto a exortar o Governo a lançar medidas de apoio económico directo, como o recarregamento do cartão de consumo com 8 mil patacas, para aliviar os encargos dos residentes com as despesas da vida quotidiana, promover a procura interna e revitalizar a economia.

4. Procurar aumentar as vagas de trabalho para estabilizar o emprego

A epidemia persiste há mais de um ano, muitas empresas não conseguiram sobreviver e fecharam, reduziram os empregados e concederam licenças sem vencimento para atenuar a pressão, assim, a situação de emprego piorou e as pessoas perderam a confiança no Governo, o que é um risco para a governação. Ao impulsionar a recuperação económica, o Governo deve estabilizar o emprego, para os trabalhadores locais poderem ter trabalho. O Governo recorre a medidas de formação remunerada para apoiar os desempregados, mas, segundo muitos que concluíram cursos, depois de fazerem entrevistas, ninguém os contratou, houve mesmo empresas que se comprometeram a contratá-los, mas com o surto da epidemia, tudo parou. Solicito mais uma vez ao Governo que defina medidas concretas para aumentar as vagas de trabalho para os locais, incluindo a definição de uma proporção de trabalhadores locais nas obras públicas e na adjudicação de serviços, para se criarem mais postos de trabalho a curto prazo, isto é, “oferta de trabalho em vez de subsídios”, para atenuar a situação de desemprego, e que liberte mais vagas para os trabalhadores locais que estejam disposto a preenche-las, em articulação com o plano de formação remunerada, para que estes possam ser contratados em primeiro lugar, aliviando assim o desemprego.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 26.10.2021

Regime jurídico para a habitação da classe sanduíche e critérios e valor da renda das residências para idosos

Ao longo do tempo, a questão que mais preocupa os residentes é a política de habitação. Tendo em consideração as necessidades habitacionais das diferentes camadas sociais, o actual Governo apresentou um plano sistemático de habitação, onde se inclui a habitação social, a habitação económica, a habitação para a classe sanduíche, as residências para idosos e a habitação privada, uma política de habitação com 5 níveis, para dar resposta às exigências dos residentes, ajudando-os a sair desta situação difícil e a concretizar a sua política de estabilidade habitacional.

Olhando para os 5 níveis de aquisição de habitação, verifica-se que o ponto de situação dos trabalhos de cada um deles é completamente diferente. As habitações sociais e económicas já existiam, pelo que o seu ponto de situação é relativamente estável, sendo que o mecanismo para os pedidos e atribuição de habitação social é permanente, havendo um prazo de espera fixo e uma oferta relativamente suficiente. Após a entrada em vigor da nova “Lei da habitação económica”, foi realizado, pela primeira vez, um concurso público, tendo havido grandes mudanças em termos de natureza, revenda e forma de distribuição, em comparação com o passado, mas, como a actual situação de reserva de terrenos é suficiente, acredito que os respectivos planos se possam concretizar de forma ordenada, nomeadamente, candidatura, construção e distribuição, garantindo oferta a curto prazo e resolvendo a questão crucial do passado de “escasso fornecimento”. Os residentes estão preocupados com o valor elevado destas habitações, pelo que sugiro que se pondere a redução ou a isenção do prémio de concessão, para reduzir o respectivo preço e satisfazer as necessidades e as oportunidades dos residentes na aquisição de habitação, e, ao mesmo tempo, reduzir a pressão económica dos mesmos.

As residências para idosos e a habitação para a classe sanduíche caem no âmbito da nova política, portanto, o ritmo da sua concretização é lento. Embora esteja definido o projecto do aproveitamento do terreno onde vão nascer essas residências e o seu plano de construção, o certo é que, até agora, ainda não foram definidos os requisitos de acesso e de candidatura, o nível das rendas, e a gestão e fiscalização, entre outras matérias. Face ao plano, os residentes só podem esperar e estar preocupados com a falta de capacidade para suportar os encargos ou com o longo tempo de espera de acesso aos apartamentos e, com tudo isto, não é possível ajudá-los a melhorar a sua qualidade de vida na velhice. Quanto à habitação para a classe “sanduíche”, o processo de consulta pública já terminou, mas até ao momento os conceitos, os planos de construção, a quantidade de oferta, o tempo de espera, entre outras matérias, são ainda uma incógnita, por isso, não se sabe ao certo se as correspondentes políticas conseguem, ou não, ajudar os jovens e as pessoas da classe sanduíche, que passaram a ser “figurantes” nas candidaturas a habitação económica, a adquirir uma fracção, satisfazendo as suas necessidades de habitação, e tudo isso tem de

continuar a contar com os esforços das autoridades na definição de planos complementares relacionadas com as políticas, e só assim é que podemos continuar a discutir o assunto.

Por último, na minha opinião, qualquer política de habitação a longo prazo não é autónoma nem singular. O mais importante é haver coordenação e articulação entre políticas, pois só assim será possível construir uma cidade harmoniosa e habitável. Proponho ao Governo que, no futuro, estude e analise os mecanismos de ligação entre as diversas camadas sociais, aperfeiçoando e otimizando todo o regime de políticas de habitação, para que os residentes possam ter uma vida melhor, com vista a otimizar o seu ambiente e qualidade de vida e a concretizar o sonho de ter uma habitação.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 26.10.2021

Recuperação económica durante a epidemia

A epidemia de COVID-19 persiste há mais de ano e meio e surgiram novas variantes, como a Delta e a MU. Devido à sua forte transmissão, muitos países estrangeiros enfrentam uma situação epidémica séria, e algumas regiões do Interior da China também enfrentam o ressurgimento de infecções. Em Macau, registaram-se também duas ondas epidémicas no segundo semestre do corrente ano, o que fez com que o Interior da China tivesse adoptado medidas de austeridade na passagem das fronteiras, assim, as duas oportunidades importantes das férias de Verão e da semana dourada do 1 de Outubro foram interrompidas, com grande impacto para as PME e para as concessionárias do jogo. Neste momento, a passagem das fronteiras só exige resultado negativo do teste de ácido nucleico de 48 horas, mas, como em algumas regiões do Interior da China voltaram a registar-se novos casos confirmados e os residentes do Interior da China não têm confiança em viajar, o número de visitantes não vai aumentar muito.

A recuperação económica sob a epidemia não é nada optimista, as PME continuam a encontrar dificuldades de negócio, os residentes deparam-se com dificuldades no acesso ao emprego, e muitos são obrigados a tirar férias sem vencimento. Recentemente, o Governo lançou oito medidas de apoio às PME e aos empregados, e acredita que estas medidas podem dar respostas às suas necessidades prementes. Espera-se que o Governo ouça amplamente as opiniões da população e apresente rapidamente a respectiva proposta de alteração orçamental à Assembleia Legislativa, para efeitos de discussão, com vista a acelerar a implementação dessas medidas benéficas para os cidadãos, e para que as empresas e os trabalhadores qualificados possam ser beneficiados.

A longo prazo, há que impulsionar a construção duma barreira de imunidade colectiva, para manter abertas e estáveis as políticas em relação à passagem das fronteiriças entre Zhuhai e Macau. Sugere-se ao Governo que adopte mais medidas para incentivar os residentes saudáveis a vacinar-se rapidamente, para elevar a taxa de vacinação para 70 a 80%, transformando-se Macau numa cidade segura sob a epidemia, com vista a aumentar a confiança dos visitantes. Sugere-se ainda que aperfeiçoe os trabalhos de prevenção, conjugando as experiências das duas ondas epidémicas anteriores e tomando como referência as medidas adoptadas no Interior da China, para colmatar as lacunas no combate à epidemia e controlar os riscos em Macau. Quanto à monitorização das viagens, o “Código de viagem” do Interior da China permite uma consulta das viagens realizadas nos 14 dias anteriores, nas províncias e cidades do Interior da China e no estrangeiro. O Governo também está a preparar uma aplicação no código de saúde, com registo das viagens dos residentes de Macau. Como os destinos de viagem destes são principalmente no Interior da China, há então que reforçar a cooperação com o Interior da China, aproveitando as ligações de *wifi* públicas e gratuitas e os registos de consumo de pagamento electrónico, para estabelecer, sob protecção rigorosa da privacidade pessoal, um sistema de registo de itinerários. Assim, quando surgirem novos casos, o Governo

pode encontrar, o mais rápido possível, as pessoas que partilharam trajectos, para que a população possa ter acesso às informações mais recentes.

Neste momento em que a situação epidémica está estável, o Governo deve reforçar os seus trabalhos para atrair mais visitantes das regiões de baixo risco e, em conjugação com os vários programas de viagens locais já realizados, criar mais itinerários inovadores e interessantes para os visitantes, por exemplo, a viagem de gastronomia local, o passeio de cultura aprofundada, o passeio de lazer à beira-mar, o passeio ecológico, etc. Se houver condições adequadas, e em articulação com a construção da zona de cooperação aprofundada Guangdong-Macau em Hengqin, deve negociar-se com o Interior da China a criação de viagens entre Hengqin e Macau, para aumentar a atractividade turística de Macau. Pode-se ainda, através da criação da plataforma *online* e de plataformas *online* no Interior da China, reforçar a divulgação e a promoção de Macau e realizar actividades *online*, em articulação com os festivais característicos e a cultura do património cultural intangível, para elevar activamente a popularidade e a exposição de Macau. Sugere-se ainda que se promova a participação das associações artísticas e culturais locais nas actividades de concepção, para que estas possam ter mais espaço de exposição e oportunidades de emprego, por forma a promover o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas de Macau.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 26.10. 2021

Apoio preciso para combater a epidemia Vamos vacinar-nos para ajudar a relaxar a passagem fronteiriça

Nos últimos meses, registaram-se vários surtos epidémicos em Macau. Felizmente, toda a população colaborou activamente com o Governo nas diversas medidas preventivas, incluindo a implementação de zonas de confinamento vermelhas e amarelas, o teste em massa de ácido nucleico e a redução da aglomeração de pessoas, o que acabou por estabilizar a situação.

Na semana passada, Macau e Zhuhai retomaram oficialmente a isenção de isolamento na passagem fronteiriça, e o número de visitantes voltou a subir. Os diversos sectores esperam que os próximos eventos e actividades comunitárias possam atrair mais visitantes a Macau, impulsionando a economia. O problema é que a epidemia tem estado a repetir-se em todo o mundo e, recentemente, registou-se uma nova onda epidémica de “grupos turísticos” no Interior da China, afectando várias províncias e cidades, tendo o Ministério da Cultura e Turismo exigido o controlo rigoroso da dimensão das excursões, bem como a proibição de excursões de *inbound* e *outbound*. É previsível que, num futuro próximo, o visto individual continue a ser a única fonte turística para Macau. Assim, o Governo deve, com toda a seriedade, efectuar bem os trabalhos de prevenção, colmatando as lacunas e revendo e otimizando as medidas de resposta para os visitantes retidos, com vista a restabelecer a confiança dos mesmos em visitar Macau.

Com as constantes alterações da epidemia, a vida normal da população é afectada, e os custos socioeconómicos com que arcamos vão ser elevados, especialmente a situação das lojas dentro das zonas de confinamento, em que a exploração de negócios é extremamente difícil. O Governo lançou, recentemente, 8 medidas de apoio às PME, acreditando-se que, a curto prazo, algumas delas possam ajudar o financiamento destas empresas. Mas, a longo prazo, espero que o Governo possa identificar, com precisão, os grupos que sofreram uma maior quebra nas suas actividades ou receitas durante o surto da epidemia, incluindo as micro, pequenas e médias empresas, bem como os seus trabalhadores, prestando-lhes apoios direccionados. Assim, apresento as seguintes três sugestões:

1. Em articulação com os trabalhos de prevenção epidémica do Governo, e tendo em conta os comerciantes das zonas de confinamento que, devido à suspensão provisória das suas actividades, sofreram grande pressão nas despesas com os custos fixos, como, rendas, recursos humanos, água e luz, proponho ao Governo que lhes conceda um apoio, de uma só vez e com tecto, incluindo a isenção parcial das despesas com água e luz. Mais, sugere-se a institucionalização deste mecanismo de contingência, no sentido de apoiar, com precisão, os comerciantes inseridos naquelas zonas, aliviando-lhes o impacto fatal causado pela suspensão de actividades e estabilizando a confiança na operação do mercado.

2. Tendo em conta os surtos da epidemia, alguns estabelecimentos de diversões viram as suas actividades suspensas, por três vezes, acarretando prejuízos avultados. Proponho

ao Governo que implemente medidas de controlo, de acordo com a localização dos estabelecimentos, evitando uma “solução radical” sempre que surjam novos casos. Em caso de surto epidémico numa loja de beleza na Taipa, se o diagnosticado não se tiver deslocado a Macau, não será necessário fechar os estabelecimentos do mesmo género em Macau. Ao mesmo tempo, sugere-se ao Governo que lance instruções científicas, claras e precisas para a prevenção da epidemia, permitindo aos sectores ou estabelecimentos comerciais que reúnam condições a exploração limitada das suas actividades, sob a premissa de tomarem boas medidas de prevenção da epidemia. Por exemplo, os vacinados podem ir ao serviço, ajustar o horário do seu funcionamento, reduzir o número de trabalhadores, etc., e não suspender totalmente o seu funcionamento. Assim, pode-se prevenir de forma mais precisa a epidemia e, ao mesmo tempo, manter um pouco de espaço de sobrevivência para as micro, pequenas e médias empresas.

3. Apelo, mais uma vez, aos cidadãos que reúnam condições, para se vacinarem o mais rapidamente possível e colaborarem com o trabalho de prevenção de epidemias do Governo, promovendo a construção conjunta entre Guangdong e Macau de medidas mais científicas para a passagem fronteiriça, com vista a repor, ao máximo, o fluxo de pessoas e a circulação normal de mercadorias, bem como acelerar o ritmo de recuperação económica de Macau e ajudar todos os sectores a livrarem-se das dificuldades.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 26.10.2021

Aumentar a cobertura do apoio, para elevar a confiança dos sectores

Sob as medidas do Governo de prevenção e controlo da pandemia, a estabilidade social de Macau mantém-se, e a economia está a recuperar. Mas, este ano, face ao vaivém da pandemia, o Interior da China e Macau apertaram as medidas fronteiriças, restringindo o intercâmbio humano e económico. As restrições entre Zhuhai e Macau só foram levantadas este mês. Uma vez que esta onda foi mais grave do que a situação no início da pandemia, no ano passado, mais o aperfeiçoamento da prevenção e do controlo, o Governo, em pouco tempo, realizou duas testagens em massa, e definiu zonas de código amarelo e vermelho, para garantir a precisão e eficiência da prevenção. O trabalho contou com o apoio e a compreensão de toda a população. Mas, com esta nova onda, o mercado, que já estava em recuperação, perdeu as oportunidades das férias de Verão e da semana dourada do Dia Nacional, gorando as expectativas da sociedade. Assim, a economia, que já estava com a retoma difícil, foi mais uma vez abalada, e muitas empresas já não conseguem aguentar. Esta é mesmo uma época complicada.

Desde o ano passado até ao início deste, o Governo lançou três rondas de planos de apoio económico – Fundo de apoio ao combate à epidemia no valor de dez mil milhões, um estímulo significativo para o mercado económico cuja situação já era péssima. Durante os quase dois anos da situação de pandemia, esta mantém-se tendencialmente estável, mas, perante o mercado económico que, ao longo dos tempos, tem sido parcialmente aberto, é lenta a retoma dos sectores do turismo e do jogo, e a maioria das PME, sobretudo as pessoas que trabalham por conta própria e os trabalhadores em geral só conseguem fazer o que podem. As taxas de desemprego e de subemprego da população têm estado elevadas, o que mostra o enfraquecimento gradual do efeito daquele Fundo. Há dias, o Governo avançou com a auscultação de opiniões da sociedade, e, após os devidos estudos e avaliação, lançou oito medidas de apoio económico às PME, esperando que o apoio atinja precisamente as PME e pessoas com baixos rendimentos. Embora não haja ainda medidas de concretização, as PME, que estão numa situação muito difícil, ficaram com alguma expectativa. Apesar disto, as novas oito medidas de apoio têm bastantes restrições, pois o subsídio de 10 mil só é atribuído aos contribuintes de imposto profissional cujo rendimento no ano passado seja inferior a 144 mil. Atendendo à variedade subjacente a cada profissão, são excluídas várias profissões, como as dos sectores do turismo e dos táxis. Mais, não é clara a forma como se efectua a declaração fiscal e a definição dos requisitos relativos aos rendimentos, pois o subsídio só abrange alguns, portanto, uma medida que foi feita por fazer e não atendeu às dificuldades que os sectores têm no seu negócio, daí uma situação muito aquém das expectativas da sociedade.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. A situação epidémica estabilizou-se rapidamente, e os postos fronteiriços foram abertos em tempo oportuno, mas os serviços de estética e outros serviços foram suspensos, e os estabelecimentos comerciais das zonas com códigos vermelho e amarelo, e, durante esse período, os lojistas continuaram a ter de pagar a água, a electricidade e a renda,

agravando ainda mais as dificuldades de exploração e a empregabilidade da população, sendo difícil prever os prejuízos em geral. Segundo informações, o sector das convenções e exposições perdeu recentemente cerca de 800 mil patacas devido à suspensão das actividades. O Governo, com base nos planos de apoio existentes, deve criar um outro plano de apoio de 3 meses para os guias turísticos, os mediadores imobiliários, o sector das convenções e exposições, o sector dos jogos de fortuna ou azar, os taxistas e os trabalhadores por conta própria, e disponibilizar uma subvenção de 3 meses para as tarifas de água, luz e telecomunicações aos residentes e lojistas, alargando assim o âmbito do apoio, a fim de, com precisão, apoiar as empresas a ultrapassarem as dificuldades provocadas pela epidemia.

2. O Governo tem apelado às empresas e aos indivíduos para reforçarem a competitividade e serem activos para ultrapassar os tempos da epidemia, mas a situação só regressou a “metade” da normalidade e, devido às instruções relativas às visitas ao exterior e às actividades de concentração de pessoas, torna-se mais difícil para os trabalhadores conseguirem uma “conversão”, e também as PME dificilmente conseguem encontrar outros caminhos para sobreviverem. As empresas e os seus trabalhadores sentem-se sem ajuda, e muitas dessas empresas já há muito tempo ganham pouco ou não têm negócio, por isso precisam urgentemente de dinheiro para suportar as despesas diárias, por exemplo, as rendas, a fim de enfrentar o desenvolvimento da situação de epidemia nos dois lados da fronteira e a adversidade económica. O Governo deve aproveitar, mais uma vez, a reserva financeira, atribuindo um subsídio de dez mil patacas às pessoas em situação de subemprego ou a todos, e subsídios directos aos grupos sociais desfavorecidos com trabalho insuficiente ou que enfrentam uma redução dos salários. Ao mesmo tempo, deve lançar uma nova ronda de empreitadas públicas, nas quais recrutem com prioridade trabalhadores locais, e criar postos de trabalho provisórios para os desempregados, a fim de apoiar os residentes e aliviar os seus encargos, resolver as necessidades prementes dos cidadãos, estabilizar a economia, garantir o emprego, reforçar a confiança dos diversos sectores sociais e construir, em conjunto, a “Grande Muralha” de prevenção e controlo da epidemia.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Pang Chuan em 26.10.2021

Sugerir a recuperação da Avenida Zheng Guanying na Zona A dos novos aterros urbanos

Em 2022, assinala-se o 180.º aniversário do nascimento de Zheng Guanying.

Zheng foi o primeiro intelectual esclarecido da época moderna da China, que desenvolveu um sistema completo de pensamento reformista. Foi um industrialista, um educador, um literato, um benfeitor e um patriota entusiástico.

Nascido em 1842, natural da aldeia de Yongmo, distrito de Sanxiang, de Xiangshan, Zheng foi para Xangai aos 16 anos para se dedicar ao movimento de auto-fortalecimento. Desde 1886, viveu em retiro na Casa do Mandarin, em Macau, onde escreveu as “Advertências em Tempos de Prosperidade”. A obra, editada em 1894, é considerada cânone de reforma e cura para a nação, pois constitui um sistema coerente de propostas para a prosperidade do país, e teve fortes percussões de norte a sul da China, tendo influenciado várias figuras da elite da época, como Kang Youwei, Liang Qichao, Sun Yat-Sen, e Mao Zedong. A obra desempenhou um importante papel instrutivo durante o processo de modernização, e continua a ter muita importância inspiradora.

Com vista à homenagem a Zheng Guanying por parte da população de Macau, nos anos 90 do século XX, uma via nos NAPE foi designada por “Avenida Zheng Guang Ying”, com o código de arruamento n.º 1921 no Cadastro das Vias Públicas da Cidade de Macau. Depois de 2002, devido à necessidade de desenvolvimento da cidade, foi construído um resort no local onde se encontrava a referida avenida, e o então Conselho de Administração do IACM deliberou, numa reunião em 7 de Setembro de 2007, o cancelamento da designação “Avenida Zheng Guang Ying”, deliberação essa que foi publicada no Boletim Oficial n.º 21, II Série, de 2007.

Zheng Guanying é um exemplo do espírito “amar o país e amar Macau”, é uma personalidade que, apesar do baixo estatuto, nunca deixou de preocupar-se com o País e é um pioneiro com uma participação expressiva no desenvolvimento da reforma do País, portanto, um brilhante “cartão de visita histórico e cultural” de Macau. Está-se perante um importante período em que Macau acelera a criação de “uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promova a coexistência de diversas culturas” e a sua integração no desenvolvimento do País, assim, ao comemorar o 180.º aniversário de Zheng Guanying, devemos recorrer a diversas formas para prestar homenagem a esta personalidade pelo seu contributo espiritual para o desenvolvimento nacional e a prosperidade e o fortalecimento da nossa nação, bem como pela persistência em pôr o seu pensamento em prática. Nestes termos, sugere-se que seja retomada a designação “Avenida Cheng Kuan Ying” nas proximidades das grandes instalações culturais públicas na Zona A dos Novos Aterros, a fim de destacar o estatuto e papel de Macau na história do desenvolvimento do País e de, tomando esta medida como suporte importante, reforçar a educação sobre “Amar o País e amar Macau” e o intercâmbio e a cooperação culturais com o Interior da China.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 26.10.2021

Explorar e criar, em conjunto, um mecanismo de partilha para acelerar o desenvolvimento diversificado da economia

Nos últimos anos, para manter a prosperidade e a estabilidade a longo prazo da economia e da sociedade, Macau, com o apoio do Governo Central, tem vindo a esforçar-se para se livrar da dependência do jogo e para se desenvolver de forma diversificada. Já se obtiveram os primeiros resultados da diversificação adequada da economia, e os sectores das convenções e exposições, da medicina tradicional chinesa, cultural e criativo, financeiro moderno e o das novas tecnologias, entre outros novos sectores, estão a crescer gradualmente, mas o avanço ainda é relativamente lento. Devido à epidemia, o ajustamento profundo dos sectores do turismo e do jogo resultou em estagnação do mercado de emprego, redução das receitas dos residentes, monotonia sectorial e ainda o problema da saída de jovens, entre outros factores, o que constitui uma preocupação latente para Macau que merece ser encarada com objectividade. Na minha opinião, para Macau se desenvolver nesta era da epidemia, é preciso ter pensamento aberto e procurar modelos de desenvolvimento mais positivos, para promover um desenvolvimento efectivo da economia diversificada e para se conseguir encontrar uma saída.

No Interior da China, os governos locais orientam os fundos para o rápido desenvolvimento, e sob a exploração activa de muitas regiões, surgiram muitos modelos de operação com características locais. Caso disso é Hefei, da província de Anhui, onde foi lançado um novo modelo de investimento em que o governo assume a liderança e a captação de investimentos nas indústrias é o objectivo, para orientar os investimentos tendo em conta a situação das indústrias da região, ou seja, encontrar, primeiro, alguns projectos adequados e potenciais, e depois investir avultados montantes nas empresas que se possam tornar gigantes ou já são gigantes, com vista a atrair mais projectos e formar, conseqüentemente, grandes aglomerações de indústrias. No ano passado, a produção da indústria de alta tecnologia de Hefei cresceu 18,8%, um recorde nos últimos cinco anos. Este ano, o valor acrescentado das indústrias emergentes em Hefei representou 51,6% do total, e os circuitos integrados e a inteligência artificial entraram no primeiro grupo nacional de indústrias emergentes estratégicas. Será que a prática de exploração do governo de Hefei nos investimentos pode fornecer ao Governo da RAEM mais ideias, proactivas e abertas, para a orientação do desenvolvimento dos fundos e até para a promoção da diversificação da economia?

Nesta situação de epidemia, os sectores prestam elevada atenção à forma como o Governo aproveita a actual reserva extraordinária para criar suportes de investimento e mecanismos de comparticipação eficazes e a longo prazo, no sentido de contribuir para acelerar a diversificação industrial e criar novas saídas para o emprego, construindo oportunidades de comparticipação na diversificação industrial. Sugeri, várias vezes, ao Governo, que acelerasse essa diversificação, tendo em conta o rumo de desenvolvimento

definido no 14.º Plano Quinquenal do País para as diversas indústrias que este apoia, como a financeira moderna, MTC, científica e tecnológica, convenções e exposições, e comercial, e que recorresse aos recursos vantajosos, por exemplo, ao capital e aos quadros qualificados, proporcionados no projecto de construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. O Governo também afirmou por várias vezes que ia constituir uma empresa de gestão de fundos de investimento e desenvolvimento, para acelerar o desenvolvimento da diversificação industrial. Devido à epidemia, os investimentos no desenvolvimento da diversificação industrial enfraqueceram, e os canais para os residentes participarem nesta diversificação são limitados, assim, volto a exortar o Governo que pondere, aproveitando a vantagem da suficiência da reserva financeira, afectar uma parte da reserva extraordinária, ou reiniciar os preparativos da criação da referida empresa, para criar suportes de investimento estratégicos que permitam a comparticipação de toda a população, por forma a criar indústrias mais diversificadas e projectos de cooperação regional, desenvolvendo a estratégia da diversificação industrial, respondendo e procurando mudanças de forma mais proactiva.

É verdade que quanto à criação do fundo soberano, o Governo tem sublinhado que é necessário acautelar o uso e a distribuição dos recursos financeiros públicos. De facto, os fundos de investimento industrial criados pelo Governo normalmente têm grande dimensão, por isso, qualquer problema pode causar prejuízos. Neste momento, a Província de Anhui está a estudar a criação dum mecanismo de tolerância de erro e exclusão de responsabilidade para o investimento em capital semente e capital de risco, para assegurar a preparação para eventuais consequências de risco. Concordo com a criação do mecanismo, e proponho que seja criado um mecanismo de protecção e prevenção de riscos em Macau, para evitar danos significativos dos activos.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 26.10.2021

Dar atenção aos direitos e interesses dos idosos e aperfeiçoar as garantias de reforma

Para lidar com o envelhecimento da população e aperfeiçoar as políticas e medidas relacionadas com os idosos, o Governo, com o objectivo de criar uma sociedade inclusiva que consagre o apoio e o sentido de pertença e de utilidade na terceira idade, criou o Grupo Director Interdepartamental do Mecanismo de Protecção dos Idosos, estabeleceu o Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos e definiu o Regime jurídico de garantias dos direitos e interesses dos idosos.

Nos últimos anos, ao apresentar o relatório das LAG, o Governo tem somado genericamente os valores que os idosos podem receber no âmbito das diversas regalias, como a pensão para idosos, a comparticipação pecuniária, os vales de saúde, etc., por forma a calcular, em média, o respectivo “rendimento mensal”. Mas as medidas têm naturezas diferentes e não são só destinadas aos idosos, portanto, a simples soma dessas medidas para calcular as garantias de reforma é confundir, sem dúvida, as finalidades e os conceitos subjacentes às respectivas políticas e medidas. Mais, algumas medidas e políticas não são permanentes ou fixas. Veja-se o exemplo da previdência central, no âmbito da qual, devido às respectivas limitações legais, a repartição extraordinária dos saldos orçamentais só tem lugar quando o estado financeiro assim o permite. De facto, como não houve saldo das finanças públicas no ano passado, não se procedeu a uma injeção extraordinária na previdência central. Lamentavelmente, devido à persistência da situação da Covid-19 neste ano, é também difícil que haja saldos nas receitas das finanças públicas, portanto, é extremamente provável que não se reúnam condições para uma injeção extraordinária na previdência central no próximo ano. Para os cidadãos comuns, não se trata de uma questão com efeito imediato, no entanto, para os idosos com idade para o respectivo levantamento, isso significa a redução dos rendimentos anuais disponíveis, o que tem um impacto directo para a vida.

Mais, o Governo está a construir residências para idosos, prevendo que estejam concluídas em 2023 e entrem em funcionamento em 2024, com vista a aliviar as necessidades de vida e de deslocações dos idosos que moram em prédios sem elevador. Mas é de referir que o sentido de pertença na terceira idade não significa só a prestação aos idosos de uma fracção habitacional adequada, mas também dos adequados elementos complementares para a sua vida. Assim, nos futuros planeamento e construção das residências para idosos e dos Novos Aterros, há que aprender com as falhas cometidas na concepção da passagem superior para peões em Seac Pai Van, evitando obstáculos para as deslocações dos idosos.

Para além de satisfazer as necessidades habitacionais dos idosos, não se pode descurar as necessidades psicológicas. Estas últimas estão mais resguardadas, pelo que, quando surgem problemas, nem sempre é possível eles tomarem a iniciativa e pedirem ajuda, bem como é difícil detectá-las, sobretudo naqueles que vivem sozinhos, pois quer a família quer a sociedade dificilmente conseguem satisfazer as suas necessidades afectivas. Assim, para promover a saúde física e mental dos idosos e reduzir os custos sociais derivados

destes problemas, é muito importante que eles se sintam concretizados na sua vida, na comunidade e até no trabalho.

De acordo com os dados divulgados pelo Governo, prevê-se que, até 2036, um em cada quatro residentes tenha idade igual ou superior a 65 anos. Com o desenvolvimento da sociedade, creio que os idosos dessa altura terão habilitações académicas mais elevadas, maior experiência profissional e melhor saúde, e prevê-se que as suas solicitações serão mais diversificadas. Assim, apresento três opiniões:

1. Relativamente aos cuidados aos idosos, sugere-se que se estude, a curto prazo, a criação de um “Fundo de cuidados comunitários”, isto é, subsidiar os idosos quando não é injectado capital no Fundo de Previdência Central, estabelecendo assim uma ressalva para este fundo; a médio prazo, deve-se criar um mecanismo que estabeleça uma indexação entre a pensão para idosos e o índice mínimo de subsistência, para assegurar as condições básicas de vida dos idosos; e, a longo prazo, quando as condições financeiras do erário público o permitirem, aumentar a pensão para idosos para um valor superior ao índice mínimo de subsistência.

2. Quanto à segurança dos idosos, neste momento, encontram-se em fase de planeamento 1815 residências para idosos. Sugere-se ao Governo que analise o número de idosos com reais necessidades, tendo em conta os dados adquiridos nos Censos deste ano, e divulgue, com a maior brevidade possível, as condições e os detalhes de candidatura, para que o concurso seja aberto na primeira fase no próximo ano e, de acordo com o número efectivo e a situação das candidaturas, planear com dados científicos os trabalhos da próxima fase.

3. Quanto ao bem-estar dos idosos, com os avanços tecnológicos na área da medicina, aumentou a esperança média de vida e o nível de educação da população, e muitos idosos, depois de deixarem de trabalhar, continuam em boas condições físicas e psicológicas, e muitos deles têm ricas experiências profissionais, por isso, o Governo deve, quanto antes, planear e lançar mais medidas e plataformas para que os idosos com capacidade e vontade possam continuar a dar um contributo à sociedade através das suas ricas competências.

Por último, quero reiterar que os esforços e o contributo dos idosos para o desenvolvimento da sociedade merecem o nosso reconhecimento e respeito. Creio que proporcionar aos idosos uma boa protecção atinge consenso na sociedade, por isso, o Governo deve concretizar o objectivo político de “Promover sentimentos de segurança e de pertença, valorizando os idosos”, e promover o respeito e o amor pelos idosos, nos *slogans* e nas linhas de acção governativa.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 26.10.2021

Lutar contra a epidemia, garantir o nível de vida da população e planear o desenvolvimento

A nova legislatura da Assembleia Legislativa já se iniciou formalmente, mas a epidemia continua a persistir. “Lutar contra a epidemia, garantir a vida da população e planear o desenvolvimento” tornou-se o tema principal da sociedade de Macau neste período. Em primeiro lugar, gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos a todos os profissionais de saúde da linha de frente, voluntários, trabalhadores e cidadãos, pela sua colaboração na prevenção da epidemia na RAEM.

A situação económica de Macau mantém-se grave e a taxa de desemprego dos residentes, elevada, e são muitas as situações de licença sem vencimento e de subemprego. Felizmente, o Governo implementou, em tempo oportuno, uma nova ronda de medidas de apoio, “dando carvão quente em tempo de neve” às PME e aos trabalhadores com baixos rendimentos. Mas nessa ronda de apoio não se faz qualquer referência aos desempregados. Sugere-se ao Governo que implemente para estes um subsídio regular, com a duração de seis meses, a fim de garantir as suas condições básicas de vida; e que alargue as modalidades de formação subsidiada, ajustando os requisitos de acesso de acordo com a situação real, e aumentando o valor do subsídio, para dar mais um passo no apoio aos desempregados.

Com uma microeconomia aberta, se Macau perder os turistas, a sua economia vai despenhar-se. Para otimizar ainda mais as medidas de prevenção da epidemia, garantir a saúde e a segurança dos cidadãos, e aumentar a confiança dos turistas em visitar Macau, proponho às autoridades que, com base no “Código de saúde”, crie um “Código de deslocação” para reforçar a despistagem dos itinerários dos infectados; adopte medidas de prevenção e controlo atempadas e precisas; reduza o risco de propagação da epidemia; e reduza os custos sociais decorrentes dos testes de ácido nucleico em massa, do encerramento dos postos fronteiriços, da suspensão do sector de serviços e das aulas, etc.

Mais, o Governo deve considerar a necessidade de Macau conseguir o seu próprio auto-sustento. Assim, pode-se definir um mecanismo conjunto de combate à epidemia com o Continente e Hong Kong, clarificando os critérios de prevenção epidémica e as correspondentes medidas de controlo para a passagem fronteiriça, para a sua aplicação na região da Grande Baía. Quando necessário, aplicam-se essas medidas preventivas em zonas comunitárias bem definidas, e não de uma forma radical com limitações à passagem fronteiriça. É necessário garantir um determinado nível de circulação dentro da fronteira regional da Grande Baía, para que Macau, enquanto membro dessa região, possa também participar na política de circulação económica interna do País, e conseguir a sua própria recuperação económica através dessa oportunidade de desenvolvimento nacional.

Por outro lado, depois de passarem por um outro surto epidémico, muitos cidadãos estão agora com uma maior consciência sobre a necessidade de se vacinarem, verificando-se um nível mais elevado da taxa de vacinação, que, apesar de se situar agora em 60 por cento, ainda não atingiu os níveis registados nas regiões vizinhas. A baixa taxa de vacinação reduz o interesse de as regiões vizinhas suavizarem as restrições, desconhecendo-se, por isso, quando é que Macau irá recuperar a sua economia. Segundo as autoridades, a vacinação não previne totalmente a infecção pelo novo coronavírus, mas reduz significativamente a possibilidade de doença grave ou morte em caso de infecção, aliviando também a pressão do sistema de cuidados de saúde. Assim, a todos os que reúnam as condições, apelo a que se vacinem quanto antes, por forma a criar para si e para a sociedade uma barreira imunológica, contribuindo ainda para a recuperação económica de Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 26.10.2021

O País depositou, ao longo dos anos, grandes esperanças na RAEM, tendo dado bastante apoio ao nível de políticas para a diversificação adequada da economia de Macau, por exemplo, o “Projecto geral de construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, que visa criar condições para o desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau. Sendo as indústrias culturais e criativas essenciais para a promoção da diversificação adequada da economia de Macau, nos últimos anos, o Governo da RAEM tem-lhes dado grande apoio. Para promover ainda mais o desenvolvimento dessas indústrias no futuro, as autoridades devem definir o rumo e os objectivos de desenvolvimento, de forma a transformá-las numas das indústrias diversificadas, com características e vantagens próprias de Macau.

O Governo anunciou, no ano passado, o “Quadro da Política do Desenvolvimento das Indústrias Culturais”, confirmando que o cinema é um dos quatro sectores nucleares das indústrias culturais de Macau, e que Macau dispõe de muitas vantagens únicas em termos de recursos da integração cultural oriental e ocidental, podendo afirmar-se que o desenvolvimento da indústria cinematográfica já tem uma base rica. Mas o sector cinematográfico e televisivo local depara-se com falta de políticas concretas de apoio, por isso necessita do apoio e da orientação do Governo. Assim, há que, sobretudo, reforçar a educação sobre a arte cinematográfica e televisiva, e as acções de formação sobre a produção cinematográfica e televisiva; e introduzir mais festivais de cinema regionais, permitindo a nossa participação, criando assim uma plataforma de intercâmbio entre filmes de Macau e do exterior, em prol da promoção do desenvolvimento da indústria cinematográfica e televisiva de Macau no exterior.

No âmbito do desenvolvimento das artes culturais e criativas, em 2019, as autoridades lançaram o “Arte Macau”, oferecendo aos artistas locais uma plataforma para o intercâmbio internacional. No “Arte Macau” deste ano, a maior parte das obras das exposições são/eram de artistas locais, cuja resposta foi muito positiva. Face ao exposto, as autoridades devem abrir mais espaços, por exemplo, as instalações dos serviços públicos, e incluir obras de arte locais na sua decoração, com vista a disponibilizar mais plataformas para a exposição de obras dos artistas locais. Mais, devem proporcionar mais oportunidades aos artistas para participarem na revitalização dos bairros antigos e na criação de pontos turísticos atractivos para tirar fotos, formando assim uma plataforma com capacidade de influência para a divulgação dessas zonas culturais e criativas de Macau.

Por último, devido às limitações de terrenos, Macau só pode expandir o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas com a cooperação regional. O Governo deve envidar mais esforços e adoptar medidas para promover a integração destas indústrias na Grande Baía e na estratégia “Uma Faixa, Uma Rota”; aperfeiçoar, em especial e de forma contínua, o mecanismo de intercâmbio e cooperação cultural entre Macau e o Interior da China; estudar e discutir sobre o intercâmbio e a cooperação entre os dois lados no desenvolvimento das indústrias culturais e criativas; e formar talentos artísticos, culturais e criativos locais, de modo a alcançar padrões mais elevados através de intercâmbio, cooperação e competição, promovendo o desenvolvimento conjunto.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 26.10.2021

Fazer bom uso das reservas para mobilização das três grandes vertentes, em prol do impulsionamento da economia e do bem-estar da população

Macau era uma cidade rica e pequena, mas o impacto da pandemia expôs a sua vulnerabilidade por falta de diversificação das indústrias. Os surtos persistentes e repetidos da pandemia puseram em causa, plenamente, a sobrevivência das empresas e lojas locais, e em resposta o Governo lançou, recentemente, oito medidas de assistência económica para ajudar as PME, mas as mesmas só contribuíram para satisfazer as necessidades prementes, estando ainda de longe de se conseguir a recuperação económica. Mais, tais medidas não beneficiaram os desempregados, a classe sanduíche e os grupos das camadas sociais mais desfavorecidas.

Se a economia continuar a deteriorar-se, receio que se desencadeie um efeito dominó, resultando numa nova onda de encerramentos e desemprego. Assim, o Governo tem de encontrar uma nova saída para a economia face às ondas repetidas da epidemia. Proponho ao Governo que comece por empregar esforços em três grandes vertentes, nomeadamente, “promover o consumo por parte da população”, “encontrar uma saída em prol das empresas locais” e “libertar a força de apoio do sector financeiro”, a par de fazer bom uso das reservas para entusiasmar os interessados das três vertentes, para impulsionar a recuperação económica de Macau.

1. De entre as três grandes vertentes, o mais importante é resolver as dificuldades existentes da população e “promover o consumo por parte da população”. Ora, é certo que as medidas de assistência económica da primeira e da segunda fases surtiram grandes efeitos. Entretanto, se os residentes perderem o poder de consumo e até tiverem dificuldades de sobrevivência, nada ajudará, mesmo com a implementação de mais medidas de apoio às empresas. Só através do estímulo ao consumo e da promoção da procura interna é que se pode estabilizar a economia local. Assim, incansável e novamente, solicito ao Governo que considere distribuir outra vez os vales electrónicos de consumo, na ordem de oito mil patacas. Ao mesmo tempo, solicito às autoridades que reduzam ou isentem, adequadamente, as tarifas de energia, água, e internet, a par de melhorarem incessantemente o Plano de formação subsidiada.

2. “Encontrar uma saída em prol das empresas locais”. O Governo deve deixar de esperar pela sorte, devendo, antes, encontrar métodos para ajudar as empresas locais a venderem os seus produtos no exterior. Por exemplo, o Governo deve aproveitar o planeamento do desenvolvimento da Grande Baía para ajudar as empresas locais a estabelecerem plataformas de comércio electrónico transfronteiriças, ajudando-as a encontrar, sob o impacto da pandemia, novas oportunidades de negócio. O Governo deve assumir a liderança e recorrer à cooperação com as empresas ou organizações relevantes para criação da indústria do comércio electrónico transfronteiriça e, em conjugação com a aplicação do Programa de Promoção de Marcas de Macau, todos os produtos de Macau, independentemente das marcas novas, antigas, grandes e pequenas, poderão ser vendidos no nosso País. Consequentemente, o problema da falta da fonte de clientes pode ser

resolvido com o aproveitamento das vantagens do desenvolvimento de Hengqin e Macau.

3. “Libertar a força de apoio do sector financeiro”. Proponho que o Fundo de locação financeira e de garantia, criado e detido pelo Governo, ofereça garantias de risco de crédito para facilidades bancárias comerciais concedidas às empresas locais, a fim de aliviar a pressão do risco de crédito suportado pelo sistema bancário e aumentar a capacidade e o entusiasmo, para fornecer apoio financeiro às empresas locais. No meio de assegurar a estabilidade do sistema financeiro, o Governo pode recorrer à força de apoio do sector financeiro para promover a economia de Macau.

Espero que o Governo faça bom uso das reservas para mobilização das três grandes vertentes, nomeadamente, “promover o consumo por parte da população”, “encontrar uma saída em prol das empresas locais” e “libertar a força de apoio do sector financeiro”, a fim de impulsionar, continuamente, a recuperação económica, assegurar o emprego e salvaguardar a sobrevivência das empresas que proporcionam inúmeros postos de trabalho.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 26.10.2021

Vamos empenhar-nos e contribuir para um futuro melhor de Macau

Sob o grande impacto da epidemia, Macau enfrenta grandes desafios ao nível da prevenção e controlo, da revitalização da economia e da garantia do bem-estar da população. Perante as dificuldades e desafios, a população deve manter-se unida e agir proactivamente para, em conjunto, adaptar-se às mudanças e ultrapassar as dificuldades.

Merecem a nossa reflexão os seguintes aspectos:

1. Unir forças para combater a epidemia. A prevenção e combate à epidemia para garantir a segurança de Macau reflecte melhor a temperatura de Macau. Na prevenção e controlo da epidemia, a indústria turística tem insistido na implementação e na colaboração com o Governo nos trabalhos de prevenção, envidando esforços para assegurar a saúde dos visitantes e dos trabalhadores, sobretudo na implementação da vacinação voluntária, pois a taxa de vacinação no sector turístico ultrapassou 80%, e mais de 90% na hotelaria. Numa perspectiva de longo prazo, reveste-se de grande importância acelerar o aumento da taxa de vacinação na sociedade de Macau, para a construção conjunta de uma barreira imunológica, para construir Macau como uma cidade segura, saudável e apropriada para visitar. A segurança é uma premissa e uma base importante para as normais actividades comerciais e turísticas em Macau e ainda para a recuperação da economia e do turismo, e está intimamente ligada a todos os cidadãos de Macau, por isso, é necessário haver mais colaboração.

2. Promover a diversificação adequada da economia. A economia é a base do desenvolvimento de Macau, e reflecte melhor a sua espessura. O Governo Central depositou grandes esperanças no desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, e o Governo tem vindo a explorar a ideia e a pô-la em prática. Após o lançamento das Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, em Setembro passado, o Governo Central enviou mais um “presente importante” de políticas, que é a zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. Ao mesmo tempo que construímos uma forte linha de defesa contra a epidemia, devemos inspirar mais forças internas, como por exemplo, incentivar a inovação e promover a valorização industrial, entre outros aspectos, e todos eles necessitam dos nossos esforços conjuntos. Por isso, temos de estudar e pormenorizar as medidas constantes do “Segundo Plano Quinquenal do Desenvolvimento Económico e Social (2021-2025)”, para aprofundar a cooperação entre Hengqin e Macau, promover o desenvolvimento integrado de todas as indústrias e a expansão das suas actividades a Hengqin, de modo a formar uma cadeia industrial em zonas de cooperação aprofundada.

3. Acelerar a construção conjunta do centro turístico internacional. O turismo é uma marca de Macau, que melhor reflecte a altura de Macau. A indústria turística de Macau já desenvolve as suas actividades há vários anos, e os operadores já alcançaram alguns consensos e acumularam experiências valiosas no apoio e colaboração na luta contra a epidemia. Nos últimos anos, Macau realizou as actividades promocionais “Semana de

Macau” em algumas cidades do Interior da China, oferecendo descontos na compra de bilhetes de avião (compre 1 e ganhe 1), cupões de alojamento e de consumo para estimular o consumo, por isso, obteve bons resultados na introdução de novas forças no turismo, no aumento da dimensão das fontes de turistas, na revitalização da economia e na garantia de emprego. Segundo as estatísticas, durante o período estável da epidemia, entre Março e Julho deste ano, de entre os visitantes do Interior da China que entraram em Macau por via aérea, mais de 80 por cento visitaram Macau pela primeira vez, e as características dos visitantes também mudaram: 62 por cento são visitantes com menos de 40 anos (30 por cento com menos de 30 anos e 32 por cento com idade entre 30 e 40 anos), e a percentagem de turistas do sexo feminino atingiu 54 por cento. Assim, no próximo passo, podemos ponderar as características dos grupos de turistas emergentes, aproveitando bem a *internet* para melhorar e reforçar os métodos de promoção, e podemos continuar a reforçar a cooperação com os aplicativos de compartilhamento de vídeos como a *TikTok* e a *Kwai* e os líderes de opinião chave, para criar obras sobre Macau apresentadas por pessoas de Macau, do Interior da China ou do estrangeiro; podemos ainda promover e encorajar as PME de Macau a iniciarem projectos-piloto, criando mais pontos turísticos conhecidos na *internet* e mais produtos turísticos inovadores, por exemplo, *lucky bag* e *blind box*, para atrair mais turistas para visitar e passar férias em Macau.

Desde o início da epidemia que o Governo tem liderado toda a população e empregado muitos esforços, por isso, não foi fácil alcançar os resultados que agora vemos. Futuramente, o Governo deve continuar a implementar medidas apropriadas, promover a implementação eficaz de diversas políticas, prevenir e combater a epidemia, fomentar a economia, estabilizar a vida da população e promover o desenvolvimento sustentável e estável de Macau.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 26.10.2021

Aperfeiçoar o planeamento da política de juventude e proporcionar maiores possibilidades de desenvolvimento

Está em curso a consulta pública sobre o “Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021-2025)”, na qual se destacam cinco pontos essenciais (acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, promover a otimização da construção social e da qualidade de vida da população, aprofundar a construção de uma cidade com condições ideais de vida, elevar constantemente o nível da governação pública e integrar-se melhor no desenvolvimento nacional), que precisam de se articular com a política de desenvolvimento dos jovens e de talentos. Para ajudar os jovens de Macau a aproveitarem ao máximo as oportunidades de desenvolvimento da Grande Baía e a integrarem-se no desenvolvimento nacional, sugiro o seguinte:

1. Inovar as políticas para alargar as possibilidades de emprego dos jovens

As oportunidades de desenvolvimento proporcionadas pela “Zona de Cooperação Aprofundada” vão ajudar os jovens de Macau a integrarem-se na Grande Baía. No entanto, até Maio de 2021, entraram 431 empresas na Ilha de Hengqin, com 847 pessoas destacadas, das quais apenas 97 eram residentes de Macau. Proponho ao Governo que, através de políticas orientadoras, encoraje e incentive as empresas de Macau a recrutarem uma determinada percentagem de residentes, a fim de proporcionar mais oportunidades de emprego e formação profissional aos jovens de Macau. A longo prazo, tendo em conta o planeamento da “Zona de Cooperação Aprofundada”, o Governo deve aperfeiçoar as políticas de talentos, elevar a qualidade do ensino, elevar a competitividade e a capacidade inovadora dos jovens, e articular-se com o posicionamento de desenvolvimento de “um centro, uma plataforma e uma base, reforçando a formação de talentos de Macau que sejam necessários para as indústrias diversificadas da “Grande Baía” e da “Zona de Cooperação Aprofundada”, fornecendo caminhos diversificados para que os jovens possam mais facilmente tomar as suas opções ou desenvolver “carreiras múltiplas”.

2. Aperfeiçoar mecanismos para apoiar os jovens no acesso à credenciação profissional

Actualmente, em vários sectores de Macau, ainda não estão criados mecanismos de credenciação profissional com o Interior da China, por isso, mesmo que os profissionais locais possuam certificados profissionais ou habilitações académicas, dificilmente conseguem exercer as respectivas profissões nas cidades do Interior da China, o que não favorece a articulação dos quadros qualificados de Macau com o mercado da China Continental. Sugiro ao Governo que aperfeiçoe, quanto antes, o regime de credenciação profissional dos diversos sectores de Macau, e que tome como referência o “Programa de implementação sobre a avaliação das designações profissionais e o reconhecimento das qualificações profissionais na Grande Baía”, publicado pelo Departamento de Educação da Província de Guangdong, no sentido de impulsionar o reconhecimento da qualificação e da experiência dos profissionais de Macau por parte do Interior da China, a fim de promover o emprego e o empreendedorismo dos jovens em mais sectores profissionais no Interior da China.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 26.10.2021

Consolidar os trabalhos de normalização da prevenção da epidemia e apoiar o desenvolvimento para a recuperação económica

A epidemia afecta Macau há cerca de dois anos, e os residentes têm colaborado activamente com o Governo nas medidas de prevenção, mas é inevitável o cansaço no combate à epidemia, devido à longa duração do mesmo. As medidas preventivas têm sido afectadas pela evolução da epidemia, tais como, a restrição às entradas e saídas, a suspensão das aulas, creches e actividades. Para a população em geral, estas medidas perturbam o ritmo quotidiano de muitas famílias, provocando impactos de diferente nível à estabilidade e ao desenvolvimento da sociedade, à economia e ao desenvolvimento. Assim, os residentes esperam que o Governo defina mais medidas de apoio político mais próximas da realidade social.

Na vertente económica, o Governo lançou várias medidas de apoio à estabilização do emprego, à promoção da economia e à salvaguarda do bem-estar da população. Há dias, foram lançadas oito medidas de apoio às PME e às pessoas com baixos rendimentos durante a epidemia. Para algumas empresas e trabalhadores, estas medidas são um apoio atempado e merecem o nosso reconhecimento. Contudo, como a epidemia não vai desaparecer a curto prazo, a situação económica de Macau, em que o turismo continua a ser a indústria predominante, continua a ser pessimista. A recuperação foi impedida, o que fez com que continuassem a surgir situações de desemprego, *lay-off*, redução de rendimentos, pressões estas que vão afectando, gradualmente, a confiança da população no futuro.

No próximo mês, vão ser apresentadas as Linhas de Acção Governativa (LAG) para 2022, assim, nos últimos dias, os diversos sectores sociais têm recolhido as sugestões da população para as apresentar activamente ao Governo, esperando que este continue a ouvir as opiniões, encontre um equilíbrio entre a prevenção e controlo da epidemia e a recuperação económica, e defina um plano de longo prazo para a recuperação e o desenvolvimento da economia de Macau, bem como que assegure todos os preparativos, a fim de aumentar a confiança da população na sua vida futura sob a normalização da epidemia. Nos últimos dias, recebi opiniões dos cidadãos e, após uma análise sintética, apresento as seguintes sugestões de governação sobre o combate à epidemia, o apoio financeiro e a vida da população:

Um: Consolidação das barreiras contra a epidemia e apoio à recuperação económica. Com as mudanças sucessivas da epidemia e os três testes de ácido nucleico a toda a população realizados no espaço de um mês, há que aperfeiçoar as medidas de prevenção e controlo, com rigor e em zonas e níveis diferentes, e na gestão pública e na coordenação interdepartamentais existem aspectos que necessitam de ser melhorados, como sejam a organização, a coordenação, a tomada de decisões e a execução efectiva. Propomos que, com a experiência adquirida, o Governo conclua o mais rapidamente possível os trabalhos

de prevenção e controlo, crie o “Plano de contingência relacionado com a saúde pública” adequado à realidade de Macau, defina pormenorizadamente as medidas a adoptar pelos serviços públicos consoante os níveis de gravidade; e que, ao mesmo tempo, proporcione uma base política mais sólida para a rápida retoma da normalidade da vida social e a recuperação económica pós epidemia, através do acelerar do aumento da taxa de vacinação, da redução do preço dos testes de ácido nucleico e do prolongamento da validade dos mesmos, da criação da função de registo dos percursos no sistema de código de saúde e do registo do nome verdadeiro no *Macau Pass*.

Segundo: dar continuidade às medidas favoráveis à população e alargamento das políticas de apoio. Face à epidemia, todas as camadas sociais estão a enfrentar diferentes níveis de pressão económica e de vida. Propomos que, no próximo ano, o Governo continue a implementar o Plano de Participação Pecuniária e as medidas de benefício à população, alargando o âmbito dos destinatários do plano de apoio a cuidadores e aumentando o valor da restituição do imposto, alargando o âmbito dos destinatários das oito políticas de apoio às PME e às pessoas com baixos rendimentos. Por exemplo, tendo em conta o ajustamento adequado da situação de exploração de negócios em 2021, o Governo presta o apoio às PME que sofreram prejuízos durante este ano, elevando, adequadamente, o limite do subsídio complementar aos trabalhadores cujo rendimento de trabalho não seja superior a 144 mil patacas, e atribuindo compensação aos trabalhadores afectados pela epidemia, a fim de aliviar as dificuldades económicas de mais empregadores e trabalhadores, revendo, com a maior brevidade possível, o “Plano de bonificação no consumo” e estudando a viabilidade da prorrogação do mesmo e o valor da injeção de capital, a fim de estimular o consumo interno e continuar a garantir o emprego. Só assim é que se pode garantir a confiança da população e o dinamismo dos diversos sectores em prol da recuperação do mercado.

Terceiro: Articular-se com a política nacional, e promover a diversificação económica. A pandemia veio destacar o problema da economia monolítica, por isso, a diversificação económica e o desenvolvimento de novas indústrias são prementes. Lançado recentemente, o Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin oferece novas oportunidades para o desenvolvimento de Macau na era pós-pandemia, e desempenhará um papel importante para a resolução dos problemas relacionados com a qualidade de vida, emprego, ambiente dos negócios, empreendedorismo e habitação, bem como o desenvolvimento de novas indústrias. Espera-se que o Governo acompanhe de perto a elaboração de regras, políticas e orientações sobre a zona de cooperação aprofundada, e persista no princípio de trabalhar em prol dos interesses da população. Para tal, há que garantir a interligação das infra-estruturas, e promover o desenvolvimento dum ambiente e sistema de segurança social em convergência com Macau, no sentido de proporcionar uma plataforma mais ampla para o desenvolvimento pós-pandemia dos residentes e empresas de Macau.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 26.10.2021

Ajudar os estrangeiros retidos em Macau a regressarem ao seu país Autorização de entrada de empregadas domésticas em Macau sob o pressuposto de prevenção e controlo rigoroso da epidemia

Há dias, o Presidente do Tribunal de Última Instância, Sam Hou Fai, afirmou publicamente que o problema dos crimes trazidos pela permanência em Macau de estrangeiros merece a nossa atenção. Devido ao impacto epidemiológico, a entrada e a saída de Macau estão sujeitas a restrições rigorosas, o que impossibilita a saída de um grande número de pessoas não autorizadas a renovar a autorização de permanência em Macau e que, por isso, estão retidas no território. Mais, como segundo a “Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes” esses estrangeiros não conseguiram a autorização de permanência na qualidade de trabalhadores para obterem rendimentos legais, isso originou um conjunto de problemas, nomeadamente, um aumento de 80 por cento dos casos de acolhimento ilegal no ano passado e um aumento de 18 por cento, de emprego ilegal.

Como o surto epidémico por todo o mundo ainda não suavizou, se o Governo não adoptar medidas mais proactivas, esse problema da permanência dos estrangeiros em Macau será difícil de resolver a curto prazo, podendo até agravar-se. Actualmente, a Indonésia, a Birmânia e o Nepal têm voos regulares de aviação civil que transportam os nacionais para o país de origem através de Singapura. Mas, devido às medidas restritivas impostas, para além de não terem voos de repatriamento, os nacionais do Vietname também não podem regressar ao seu país por via terrestre, o que agrava a sua situação de permanência em Macau. Espero que o Governo, com uma atitude pragmática e proactiva, solicite ao Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC na RAEM apoio no contacto com as instituições consulares de diversos países, para disponibilizarem meios de transporte, ou outras medidas adequadas, a todos os estrangeiros retidos em Macau, para poderem voltar para casa o mais cedo possível, evitando assim os problemas de segurança pública e os crimes que essa situação possa originar.

Mais, após a eclosão da epidemia no início do ano passado, o Governo, para prevenção, proibiu a entrada de não residentes em Macau, o que significa que, nos últimos dois anos, não houve trabalhadores domésticos estrangeiros a entrar cá, e a falta de empregadas domésticas em Macau tem vindo a aumentar de forma contínua. Segundo os dados estatísticos, desde o início da epidemia (Janeiro de 2020), o número de trabalhadores domésticos não residentes em Macau tem vindo a diminuir, passando de 30 923 para 26 798 em Agosto deste ano, uma redução de 4125 pessoas, ou seja, superior a 13 por cento. Isto sem contar com o aumento anual de mais de mil trabalhadores domésticos não residentes, antes da epidemia. Estes números demonstram que “não é possível contratar empregados domésticos” e que “é difícil contratar empregados domésticos”, sendo esses problemas as maiores dificuldades para as famílias com ambos

os cônjuges empregados e que precisam de cuidar de idosos ou crianças. Mais, as recentes suspensões das aulas devido à epidemia também desesperaram muito essas famílias.

Apesar de ao longo dos meses terem surgido muitas opiniões a solicitar ao Governo que permitisse a entrada em Macau de empregados domésticos não residentes que preencham os requisitos da prevenção epidémica, o certo é que as autoridades não procederam a um tratamento sério, sugerindo apenas aos empregadores que ponderassem a contratação de empregadas domésticas da China Continental. Mas os salários dos trabalhadores domésticos da China Continental são quase o dobro e a oferta é muito limitada (no ano passado houve apenas um aumento de 50 a 60 trabalhadores), portanto, é difícil dar resposta à grande procura de trabalhadores domésticos.

Em Hong Kong, onde também há o mesmo problema, o número de empregadas domésticas estrangeiras diminuiu de 400 mil para 360 mil, uma descida muito menor do que em Macau. Mas o Governo de Hong Kong afirmou: “a epidemia fez a economia cair, e as famílias de Hong Kong estão sob grande pressão, e muitas estão sob grande pressão para cuidar das suas famílias devido à falta de empregadas domésticas. O Governo da RAEHK tem a responsabilidade de satisfazer as necessidades das famílias locais relativas a empregadas domésticas não residentes sob o pressuposto de se controlar a epidemia. Por isso, numa situação em que os riscos podem ser controlados, deve-se recuperar progressivamente a vinda de empregadas domésticas para Hong Kong”.

Assim, a partir de Agosto deste ano, o Governo de Hong Kong começou a autorizar a entrada em Hong Kong, sob certas condições, de empregados domésticos não residentes das Filipinas e da Indonésia. Assim, podem entrar em Hong Kong e serem submetidos a quarentena os empregados já vacinados e com registo de vacinação reconhecido, e com prova de resultado negativo de teste de ácido nucleico efectuado 72 horas antes da partida do voo para Hong Kong, e com a confirmação da reserva de quarto num hotel de quarentena designado em Hong Kong com um prazo de arrendamento não inferior a 21 dias. Tendo em conta o bom funcionamento do referido plano, o Governo de Hong Kong recentemente aumentou o número de quartos para o isolamento das empregadas domésticas, de 500 para 1000.

Considerando a grande procura de trabalhadores domésticos em Macau e a impossibilidade de reduzir, a curto prazo, o surto epidémico ao nível mundial, sugiro ao Governo que tome como referência a região vizinha de Hong Kong para, no pressuposto de adoptar medidas preventivas rigorosas, permitir que os trabalhadores domésticos estrangeiros que tenham tomado duas doses de vacina, e tenham prova de teste negativo de ácido nucleico efectuado antes do voo de partida para Macau, possam submeter-se a quarentena no território, para dar resposta à urgente procura de empregadas domésticas em Macau.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Chan Hou Seng em 26.10.2021

Recebamos, de forma solidária, a vacina contra o novo tipo de coronavírus

Recentemente, Macau sofreu um novo surto da pandemia. Nesse momento crítico, os diversos serviços públicos, sob a liderança do Governo, prepararam-se, atempadamente, para fazer face à pandemia e, com o apoio e a colaboração da população em geral, conseguiram avançar com a adopção de várias medidas de prevenção e combate à pandemia, incluindo testes de ácido nucleico em massa, permitindo que a sociedade regressasse gradualmente à normalidade. Assim, gostaria de começar por prestar a minha mais sincera homenagem a todo o pessoal da linha da frente, aos voluntários e à população em geral, que trabalharam tão arduamente nos seus postos.

Depois dessa onda da pandemia, apercebemo-nos de que o vírus não pára de proliferar no mundo todo, com surtos que recomeçam em muitos países e um número significativo de novas infecções que ocorrem todos os dias no mundo inteiro. Embora a pandemia tenha sido controlada gradualmente em Macau, todos sabemos que se pode reiniciar em qualquer altura se não tivermos cuidado. Logo, devemos prestar elevada atenção aos trabalhos de prevenção e reconhecer o seguinte:

Com a normalização da prevenção da epidemia:

Só a vacinação é o meio mais eficaz de protecção contra o vírus, e de garantia da saúde do próprio e de familiares e amigos!

Só a vacinação é a esperança de Macau poder sair, quanto antes, da sombra da epidemia!

Assim, espero que a população possa responder ao apelo do Governo com acções concretas, vacinar-se o mais cedo possível, defender, em conjunto, a barreira contra a epidemia em Macau, persistir no resultado da luta contra a epidemia, que não foi fácil de conseguir, e esforçar-se conjuntamente para a retoma da normalidade da vida social e a recuperação global da economia de Macau no futuro.

IAOD do Deputado Kou Kam Fai em 26.10.2021

Caminhemos em frente, de novo e de forma solidária

Hoje, o tema da minha intervenção antes da ordem do dia é: caminhemos em frente, de novo e de forma solidária.

A pandemia, que dura há mais de ano e meio, trouxe desafios sem precedentes à sociedade. Gostaria de partilhar aqui convosco os meus pontos de vista, partindo da perspectiva do ensino básico.

Primeiro: caminhemos em frente, de novo e de forma solidária, e combatamos, em conjunto, a pandemia.

Macau é uma pequena cidade com uma tradição de ajuda mútua e um espírito de solidariedade. No processo de testes de ácido nucleico em massa, verificámos o papel e o contributo importantes do sector privado e momentos comoventes na sociedade: para além da participação dos profissionais de saúde da linha da frente, agentes da polícia e funcionários públicos, as escolas e as associações convocaram, activamente, voluntários para a prestação de apoio, e alguns cidadãos entusiastas até fizeram comida para encorajar o pessoal. Para além dos esforços oportunos e eficazes do Governo na prevenção da pandemia, também houve apoio e colaboração da população, logo, devemos reforçar a divulgação dessas acções meritórias em prol da reunião das forças positivas da sociedade.

No sector da educação, o pessoal docente deve dar o exemplo, orientando os jovens, promovendo o espírito central da cultura chinesa e enfatizando o espírito de unidade e solidariedade, com vista ao auto-aperfeiçoamento de Macau; e deve ainda ter como objectivo a construção de uma Macau moderna, bela, feliz, segura e harmoniosa, de modo a que os frutos do sucesso sejam colhidos na árvore sempre verde do patriotismo e do amor por Macau, que se tornará a força motriz para o desenvolvimento futuro da nossa sociedade.

Segundo, acelerar o desenvolvimento do ensino básico de qualidade em Macau.

Durante a epidemia, o sector educativo manteve-se no seu posto, realizando bem os trabalhos de prevenção da epidemia nas escolas, em articulação com as orientações do Governo. Durante a suspensão das aulas, promoveu o ensino *online*, encorajou e apoiou a interacção educativa *online* entre professores e alunos, e após o reinício das aulas, retomou rapidamente a ordem. Com a normalização da prevenção, a suspensão das aulas pode acontecer a qualquer momento e durante longos períodos, assim, além de garantir a qualidade da educação, devemos aproveitar a oportunidade para criar um regime de avaliação diversificada mais normalizado e sistemático, e estabelecer um mecanismo permanente de investimento na educação e fazer bem os trabalhos de coordenação entre todas as partes. Devemos reforçar o desenvolvimento profissional dos professores jovens, acelerar a construção de escolas inteligentes, fomentar a educação familiar e dos pais, o aconselhamento psicológico aos jovens alunos, prestar atenção ao diálogo entre pais e

filhos, destacar mais psicólogos para as escolas, etc., bem como aperfeiçoar os serviços sociais, os trabalhos destinados aos jovens e a recuperação económica, de modo a estabelecer uma base sólida para a formação de talentos de Macau, o desenvolvimento social e a implementação do segundo plano quinquenal do Governo. Além disso, merecem a nossa atenção, devido ao impacto da epidemia, a redução dos rendimentos de algumas famílias e a dificuldade dos alunos em estudar em casa.

O nevoeiro vai passar, estamos ansiosos pela dissipação das nuvens para podermos ver o sol e também as flores a desabrocharem na Primavera. Cada vez que surge um problema, pensamos em como resolvê-lo; cada vez que surge um desafio, cultivamos coragem para enfrentá-lo; cada vez que surge uma oportunidade, aprendemos a agir sem ceder e a superar-nos. O “começar de novo” tem um significado especial para os cidadãos de Macau. Em situações adversas, Macau conta com os vossos esforços! Gostaria de aproveitar esta ocasião para agradecer a toda a população de Macau pelo seu empenho na prevenção e combate à epidemia.

2021-10-26 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

"A grave situação do desemprego e a necessidade de apoios às classes mais vulneráveis tais como os idosos, deficientes, famílias monoparentais, os cuidadores informais, os órfãos, os doentes e idosos acamados"

Os efeitos prolongados da pandemia têm sido extremamente negativos e afectado muitas famílias.

Há cada vez mais famílias, onde há sempre um membro que está desempregado ou um filho que após conclusão dos estudos universitários não consegue há anos, um trabalho para poder sobreviver.

Isto afecta psicologicamente as famílias e principalmente os jovens e podem levar ao seu desespero por muitas delas estarem a viver em situações dramáticas.

Há muitos casos, nas nossas mãos, em que o marido e mulher estão desempregados, como o recente caso do casal de professores universitários que foram "despedidos" sem justa causa pela Universidade São José, não obstante terem trabalhado mais de uma década na dita universidade. Estes despedimentos abusivos deviam ser penalizados no âmbito das futuras alterações à lei laboral.

O mais grave, é que muitas empresas (algumas por má fé) que despediram estes desempregados não emitem os comprovativos de despedimento alegando que deixaram de trabalhar por livre vontade. Sem as declarações de despedimento os trabalhadores não conseguem obter os subsídios de desemprego o que é manifestamente injusto.

Convém referir que tanto o subsídio de desemprego como o período máximo de concessão de três meses estão completamente desactualizados.

Temos também nas mãos muitos pedidos de jovens licenciados incluindo os licenciados no estrangeiro que não conseguem emprego.

As famílias destes jovens lutam todos os meses para pagar rendas ou amortizações bancárias das habitações e pagamento das despesas com a aquisição de bens essenciais.

Nos últimos tempos, recebemos muitas queixas de trabalhadores que exercem funções nalgumas concessionárias incluindo do Jogo que foram obrigados a desligarem-se das suas funções quando atingiram a idade de 60 anos. Incluem-se os carpinteiros, electricistas, canalizadores, segurança, pessoal de limpeza, e pessoal de escritórios etc.

Estas concessionárias subsequentemente fazem o "outsourcing" destes trabalhos às empresas privadas que por sua vez contratam trabalhadores não residentes para fazerem estes trabalhos.

Esta "moda" de "outsourcing" está a "pegar" e até muitos serviços públicos principalmente os com autonomia administrativa e financeira começaram a comprar serviços externos às empresas privadas (Ex. IAM e outros) para executar tarefas via trabalhadores não residentes. As autoridades competentes devem prestar mais atenção a estes abusos não permitindo o desvio destas funções para trabalhadoras não residentes.

Face aos efeitos da pandemia sugerimos o urgente acréscimo de mais dez mil patacas nos cartões electrónicos de consumo destinados às famílias mais vulneráveis, como os idosos, os deficientes, as famílias monoparentais, os cuidadores informais, os órfãos, os acamados e os desempregados.

Na função pública, muitos trabalhadores principalmente da linha de frente estão desiludidos com o adiamento prolongado da revisão das carreiras como por exemplo dos enfermeiros e médicos dos Centros de Saúde, a estagnação das promoções por terem atingidos o topo das carreiras (IAM), as injustiças nas actualizações dos índices da tabela indiciária, etc. e etc.

Estes problemas devem ser resolvidos com urgência para motivar os trabalhadores que há muito tempo estão prejudicados.

Urge melhorar com urgência a capacidade governativa elevando-se os diversos níveis de responsabilização, a transparência e a capacidade de resolução dos problemas.

Só assim, terão os cidadãos melhores dias de vivência em Macau.

Muito obrigado!

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 26.10.2021

Como é que o Governo da RAEM vai elevar a capacidade de governação, aperfeiçoar o regime de responsabilização dos governantes e aumentar a qualidade de vida dos residentes?

Esta é a minha primeira intervenção num plenário da 7.^a Legislatura da Assembleia Legislativa. Em primeiro lugar, permitam-me apresentar os meus agradecimentos aos cidadãos que me apoiaram e votaram em mim, que por confiarem em mim me dão esta oportunidade preciosa de falar aqui. Em segundo lugar, também gostaria de apresentar os meus cumprimentos a todos os colegas presentes e os desejos sinceros de boa saúde e felicidades para todos e para as suas famílias.

Nos próximos quatro anos, vou empenhar-me, enquanto deputado, em supervisionar a acção governativa e apresentar diversos projectos de lei; vou concretizar, com todo o empenho, o programa político da Nova Esperança; e vou continuar a atender os cidadãos, ajudando-os a resolver os seus problemas, para melhorar a sua qualidade de vida.

Fui funcionário público e tenho mais de 32 anos de experiência nos serviços do antigo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) e na Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT). Comprometo-me a aplicar a minha experiência acumulada ao longo de anos nestes dois serviços, para ajudar a resolver diversos problemas que os cidadãos e os trabalhadores da função pública enfrentam no seu dia-a-dia, tais como, a habitação, o trânsito, as escavações repetidas nas vias e a qualidade dos transportes públicos; comprometo-me a exortar o Governo a planear racionalmente o uso de terrenos que se encontram desocupados há muito tempo e a resolver a poluição ambiental, sonora e luminosa; as infiltrações de água nos edifícios e o tratamento de águas residuais, entre outros problemas relativos à protecção ambiental, bem como o monopólio dos bens de primeira necessidade, por exemplo, os produtos alimentares (vegetais, aves, carne de porco, etc.) e os produtos petrolíferos, e até mesmo o monopólio da inspecção sanitária.

Vou continuar a fazer o que prometi no meu programa eleitoral, e também continuar a exortar o Governo a elevar a sua capacidade governativa e a resolver o grave problema do desemprego. Com o grande impacto da COVID-19 na economia mundial, a taxa de desemprego continua a subir e a vida da população está a ser afectada a vários níveis, o que torna muito difícil a sua situação económica. Por isso, supervisionar a forma como o Governo vai melhorar a economia e garantir o emprego dos residentes será o meu primeiro e mais importante trabalho.

Vou continuar a fiscalizar o Governo, para este aumentar a transparência das acções governativas, evitando-se desperdícios do erário público e situações de corrupção; vou continuar a procurar aperfeiçoar o regime de responsabilização dos governantes, no sentido de exigir que as entidades tutelares assumam as devidas responsabilidades políticas, construindo-se assim uma sociedade mais justa e igualitária; e vou ainda continuar a exortar o Governo a criar um *website* para as aquisições públicas, por forma a

aumentar a transparência do uso do erário público, evitando-se que a futura Lei de aquisições passe a ser um canto obscuro para encobrir a corrupção.

Por fim, os trabalhadores da função pública e o pessoal das forças de segurança são igualmente residentes de Macau, portanto, os seus direitos têm de ser respeitados, e o Governo deve resolver atempadamente os problemas existentes na função pública, por exemplo, atribuir 15 mil patacas, como medida de apoio, aos funcionários da linha da frente e de base que têm lutado incessantemente contra a epidemia durante este período, aumentando assim o seu moral!